



# Relatório Institucional **2018**

**Inesc**  
**Instituto de Estudos Socioeconômicos**  
Telefone: +55 (61) 3212-0200;  
E-mail: [inesc@inesc.org.br](mailto:inesc@inesc.org.br);  
Página Eletrônica: [www.inesc.org.br](http://www.inesc.org.br)

SCS, QD 01 Bloco L, 13º Andar, cobertura, Ed. Márcia. Brasília-DF  
CEP: 70.307-900.

Publicado no Brasil. Conteúdo disponível na Internet.



## Expediente

<p>EQUIPE INESC</p> <p>Conselho Diretor Enid Rocha Andrade da Silva Júlia Alves Marinho Rodrigues Luiz Gonzaga de Araújo Márcia Anita Sprandel Pedro de Carvalho Pontual</p> <p>Conselho Fiscal Ervino Schmidt Iliana Alves Canoff Romi Márcia Bencke Suplente: Lucas de Alencar oliveira</p> <p>Colegiado de Gestão Iara Pietricovsky de Oliveira José Antonio Moroni</p> <p>Coordenadora da Assessoria Política Nathalie Beghin</p> <p>Gerente Financeiro, Administrativo e de Pessoal Maria Lúcia Jaime</p> <p>Assistente da Direção Ana Carolina Soares Ana Paula Felipe Marcela Coelho M. Esteves</p> <p>Assessoria Política Alessandra Cardoso Carmela Zigoni Cleomar Souza Manhas Grazielle Custódio David Leila Saraiva Pantoja Márcia Hora Acioli Matheus Peres Machado Magalhães Yuriê Baptista César</p> <p>Assessoria Técnica Dyarley Viana de Oliveira</p> <p>Assessoria de Comunicação Sílvia Alvarez</p> <p>Educadora Social Thallita de Oliveira</p> <p>Contadora Rosa Diná Gomes Ferreira</p>	<p>Assistente de Contabilidade Ricardo Santana da Silva</p> <p>Técnico de Informática Pablo dos Santos Lages</p> <p>Auxiliares Administrativos Adalberto Vieira dos Santos Eugênia Christina Alves Ferreira Isabela Mara dos Santos da Silva Josemar Vieira dos Santos</p> <p>Auxiliar de Serviços Gerais Roni Ferreira Chagas</p> <p>Estagiários/as Lucas Daniel Rodrigues de Souza Lucas Miguel Salomão Meireles Thaís Vivas</p> <p>APOIO INSTITUCIONAL</p> <p>Charles Stewart Mott Foundation Christian Aid Fastenopfer Fundação Avina Fundação Ford Fundação Heinrich Böll GDF – CDCA/Secretaria da Criança GDF – SEDESTMIDH /Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos IBP – Center on Budget and Policy Priorities ICS - Instituto Clima e Sociedade Instituto C&amp;A Kindernothilfe - KNH Open Society Foundations Oxfam Brasil Pão para o Mundo Prêmio Itaú-Unicef União Europeia</p> <p>INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos Endereço: SCS Quadra 01 - Bloco L, nº 17, 13º Andar Cobertura - Edifício Márcia CEP 70. 3037-900 - Brasília/DF Telefone: + 55 61 3212-0200 E-mail: <a href="mailto:inesc@inesc.org.br">inesc@inesc.org.br</a> Página Eletrônica: <a href="http://www.inesc.org.br">www.inesc.org.br</a></p>
--	--

# Sumário

<b>Lista de Siglas .....</b>	<b>5</b>
<b>Palavras da Direção Colegiada .....</b>	<b>8</b>
<b>Apresentação – Quem somos e como nos organizamos.....</b>	<b>12</b>
<b>1. Objetivo Específico 1: Reforçar capacidades na sociedade civil em Orçamento e Direitos .....</b>	<b>15</b>
<b>1.1 Formação de crianças, adolescentes e jovens.....</b>	<b>15</b>
1.1.1 Onda.....	15
<b>1.2 Formação e sensibilização de lideranças.....</b>	<b>17</b>
1.2.1 Sensibilização.....	18
1.2.2 Formação.....	19
<b>2. Objetivo Específico 2: Influenciar o orçamento e decisões públicas em temas e territórios estratégicos.....</b>	<b>26</b>
<b>2.1 Mobilizações contra as medidas de austeridade e apresentação de propostas.....</b>	<b>26</b>
2.1.1 Orçamento, austeridade e direitos.....	26
2.1.2 Reforma tributária .....	27
2.1.3 Campanha Só Acredito Vendo, por transparência nos gastos tributários.....	28
<b>2.2 Monitorando a transparência orçamentária.....</b>	<b>29</b>
<b>2.3 Atuação na área socioambiental e na Amazônia .....</b>	<b>30</b>
2.3.1 Investimentos e direitos na Amazônia .....	30
2.3.2 Monitorando o orçamento socioambiental.....	30
2.3.3 Defesa dos territórios frente à mineração .....	31
2.3.4 Dimensionando os subsídios aos combustíveis fósseis.....	31
<b>2.4 Monitorando os orçamentos da saúde e de acesso a medicamentos .....</b>	<b>32</b>
<b>2.5 Atuando na promoção da equidade de gênero e raça/etnia.....</b>	<b>33</b>
<b>3. Objetivo Específico 3: Atuar na defesa da reforma ampla do sistema político .....</b>	<b>35</b>
<b>3.1 Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político.....</b>	<b>35</b>
<b>3.2 Incidindo por um projeto popular para o Brasil.....</b>	<b>35</b>

<b>4. Objetivo Específico 4: Promover o direito às cidades .....</b>	<b>37</b>
<b>4.1 Movimento Nossa Brasília .....</b>	<b>37</b>
<b>4.2 Mapa das Desigualdades.....</b>	<b>38</b>
<b>4.3 Juventudes nas Cidades – DF Fortalecendo o Corre.....</b>	<b>38</b>
<b>5. Objetivo Específico 5: Influenciar processos de governança global e de articulações regionais e internacionais que impactam políticas nacionais estratégicas .....</b>	<b>41</b>
<b>5.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) .....</b>	<b>42</b>
<b>5.2 Negociações de clima (COP) .....</b>	<b>43</b>
<b>5.3 Instituições Financeiras Internacionais (Banco Mundial, FMI e NBD).....</b>	<b>43</b>
<b>5.4 Justiça Fiscal.....</b>	<b>44</b>
<b>5.5 Fórum Social Mundial.....</b>	<b>45</b>
<b>6. Objetivo Específico 6: Inovar a comunicação para fortalecer a identidade institucional, a capacidade de incidência e ampliar o alcance na sociedade .....</b>	<b>46</b>
<b>6.1 Nova identidade, novo site.....</b>	<b>46</b>
<b>6.2 Aprendendo a captar recursos junto à indivíduos.....</b>	<b>48</b>
<b>7. Objetivo Específico 7: Inovar estratégias e metodologias, aperfeiçoar a gestão institucional e a captação de recursos .....</b>	<b>49</b>
<b>7.1 Uma estratégia de captação de recursos institucional diversificada.....</b>	<b>49</b>
<b>7.2 PMAS em fase de consolidação.....</b>	<b>49</b>
<b>7.3 Modernizando a área administrativo-financeira.....</b>	<b>49</b>
<b>7.4 Contribuindo para a formação da equipe .....</b>	<b>50</b>
<b>7.5 Buscando inovar .....</b>	<b>50</b>
<b>Desafios para 2019 .....</b>	<b>51</b>
<b>Anexo 1 – Histórias de vida .....</b>	<b>53</b>
<b>Anexo 2 – Inserção política do Inesc em âmbitos local, nacional e internacional .....</b>	<b>57</b>
<b>Anexo 3 – Logos dos apoiadores do Inesc .....</b>	<b>59</b>
<b>Anexo 4 – Quadro Lógico Quadrienal 2017-2020: Balanço para 2017.....</b>	<b>59</b>

## Lista de Siglas

ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS  
ABONG – Associação Brasileira de ONG  
*ACIJ – Asociación Civil por la Igualdad y la Justicia*  
ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal  
APIB – Articulação de Povos Indígenas  
APOINME – Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES  
ASCONCC – Associação dos Servidores Concursados de Nível Superior de Canaã dos Carajás  
ATL – Acampamento Terra Livre  
BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul  
CDCA – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal  
CDH – Comissão de Direitos Humanos  
*CELS – Centro de Estudios Legales y Sociales*  
CEPASP – Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular  
*CESR – Center for Economic and Social Rights*  
CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais  
CGU – Controladoria Geral da União  
CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos  
CNS – Conselho Nacional de Saúde  
CODEPLAN – Companhia de Desenvolvimento e Planejamento do Distrito Federal  
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas  
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
COP – Conferência das Partes sobre Mudanças do Clima – Nações Unidas (UNFCCC na sua sigla em inglês).  
*DAC/OCDE – Development Assistance Committee*  
DEM – Democratas  
DF – Distrito Federal  
DHESCA – Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais  
EC – Emenda Constitucional  
ENFOC – Escola Nacional de Formação da CONTAG  
ES – Espírito Santo  
EUA – Estados Unidos da América  
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional  
FENAFISCO – Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro  
FOPIR – Fórum Permanente pela Igualdade Racial  
FORUS/FIP – Fórum Internacional de Plataformas de ONG  
FSM – Fórum Social Mundial

FUNAI – Fundação Nacional do Índio  
GCB – Grupo Carta de Belém  
GDF – Governo do Distrito Federal  
GIFT – *Global Initiative for Financial Transparency*  
GT – Grupos de Trabalho  
GTPI – Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual  
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
*IBP – International Budget Partnership*  
IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor  
IFI – Instituições Financeiras Multilaterais  
INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos  
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados  
IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores  
IRPF – Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica  
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias  
LGBTQI+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Travesti, Queer e Intersexo  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
MAM – Movimento dos Atingidos pela Mineração  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
MG – Minas Gerais  
MNB – Movimento Nossa Brasília  
MP – Medida Provisória  
MROSC – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil  
MST – Movimento dos Trabalhadores sem Terra  
NE – Nordeste  
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil  
OBI – *Open Budget Index*  
OCA – Observatório da Criança e do Adolescente  
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável  
OEA – Organização dos Estados Americanos  
OGP – *Open Government Partnership*  
OGU – Orçamento Geral da União  
OMC – Organização Mundial do Comércio  
ONG – Organização Não Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OSC – Organizações da Sociedade Civil  
OSF – *Open Society Foundations*  
OTMED – Orçamento Temático de Acesso à Medicamentos  
PAD – Processo de Articulação e Diálogo  
PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios  
PDP – Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo  
PEC – Proposta de Emenda Constitucional  
PIB – Produto Interno Bruto  
PMAS – Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização  
PMLLLB – Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PSL – Partido Social Liberal  
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade  
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado  
PT – Partido dos Trabalhadores  
REBRIP – Rede Brasileira pela Integração dos Povos  
*RJFALC – Red de Justicia Fiscal de America Latina y Caribe*  
RNBC – Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias  
SEDESTMIDH – Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos  
SENPA – Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Pará  
SINTEPP – Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação Pública do Pará  
SOF – Secretaria de Orçamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.  
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia  
TSE – Tribunal Superior Eleitoral  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UISM – Unidade de Internação de Santa Maria  
ULTRA – União Libertária de Travestis e Mulheres Transexuais  
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

## Palavras da Direção Colegiada

O ano de 2018 representa um momento de inflexão na história da redemocratização brasileira. Pela primeira vez, em trinta anos de implementação da Constituição batizada de “cidadã”, um presidente da República de extrema-direita, Jair Bolsonaro do Partido Social Liberal (PSL), foi eleito. Com um discurso lesbohomotransfóbico, machista, classista, racista, xenófobo e que exalta a violência e o ódio, Bolsonaro ganhou o pleito em outubro com 55% dos votos válidos contra 45% do seu opositor Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Esse resultado decorre de uma série de fatores. Um deles diz respeito ao crescimento de uma onda global de lideranças e movimentos de direita. Muitos se identificaram com o movimento *alt-right* (extrema direita alternativa) que floresce mundo afora, especialmente na Europa, nos EUA e em alguns países da Ásia. Um populismo ultraconservador marcado pela intolerância, pela supremacia masculina branca e pelo fundamentalismo religioso foi capaz de consolidar uma narrativa que capitalizou um medo difuso e ofereceu como resposta a formação de uma identidade comum contra um “outro” ameaçador, que no Brasil se materializou pelo ódio ao PT. Ilustra esse movimento a palavra de ordem várias vezes utilizada por Bolsonaro durante a campanha eleitoral: “vamos fuzilar a petralhada”. Mesmo que praticamente nenhum partido tenha saído incólume do escândalo Lava Jato, o PT e Lula viraram símbolos da corrupção, alimentando o rancor em relação ao partido de esquerda. O resultado das eleições presidenciais de 2018 demonstrou de maneira inequívoca que essas forças vieram disputar um lugar de destaque na configuração política brasileira. Este ódio, catalizado no Partido dos Trabalhadores, é também um ódio aos pobres, aos negros, indígenas e mulheres, ou seja, a resistência de elites e classes médias em redistribuir riquezas e acesso a políticas públicas, em um país estruturado por privilégios.

Ainda no campo da política, o Brasil importou o que houve de pior e de mais nefasto tanto no referendo do Brexit no Reino Unido quanto nas eleições de Donald Trump nos Estados Unidos, em 2016. Foi veiculado um mar de notícias falsas, as chamadas *fake news*, grande parte delas odiosa. Robôs, *softwares* e *big data* são as novas armas do marketing político. Dados pessoais são captados por robôs, processados e disparados por *softwares* criados para analisar informações e divulgar ampla e rapidamente mensagens de todo tipo a partir de perfis falsos nas redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram). Em meio ao obscuro terreno virtual, os boatos prosperaram sem qualquer regulação pelo Tribunal Superior Eleitoral e outras instancias responsáveis. Bolsonaro foi mestre na utilização dessas técnicas e na disseminação de mentiras: estudo promovido pela organização Avaaz<sup>1</sup> em outubro apontou que 98% dos eleitores de Bolsonaro foram expostos a notícias falsas durante a eleição e que 90% acreditaram que o conteúdo divulgado era verdadeiro. E mais: essa mesma pesquisa revelou que 84% dos eleitores do Bolsonaro acreditaram na informação de que Fernando Haddad (PT) distribuiu o chamado “kit gay” para crianças em escolas quando era ministro da Educação<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Pesquisa IDEIA Big Data/Avaaz. Para maiores informações, acessar: [https://secure.avaaz.org/act/media.php?press\\_id=917](https://secure.avaaz.org/act/media.php?press_id=917)

<sup>2</sup> O “kit gay”, assim chamado pela campanha do Bolsonaro e a Bancada Evangélica no Congresso Nacional, seria um conjunto de livros, cartazes e vídeos que “incentivam crianças a se transformar em homossexuais”. Um conjunto de materiais que “representa uma porta aberta para a pedofilia e que



O candidato do PSL prometeu que acabaria com a violência, tema que preocupa sobremaneira importantes setores da sociedade. E mais: assegurou que para tal facilitaria o acesso da população a armas de fogo. Essa medida, no geral bem aceita, se popularizou por meio de gesto de Bolsonaro imitando uma arma com a mão. Os governos progressistas anteriores não foram capazes de enfrentar as ondas de violência nas periferias das grandes cidades que, sob a desculpa de “guerra ao tráfico de drogas”, geraram índices da ordem de 20 mil mortes de jovens negros ao ano e uma intervenção militar no Rio de Janeiro ainda no início do ano. A presença de milícias nestes territórios, ao lado da violência policial, foi um campo de disputas para a comunicação de programas de televisão que exaltam a violência criminalizando a pobreza.

A campanha de Bolsonaro beneficiou-se de um atentado, ocorrido no começo de setembro durante evento de rua de sua campanha, na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Foi esfaqueado e passou por uma série de cirurgias. O episódio foi habilmente utilizado, transformando-o em vítima a quatro semanas do primeiro turno das eleições. Ademais, alegando problemas de saúde, deixou de participar dos debates públicos, onde provavelmente seria perdedor, e passou a se comunicar, do hospital e de sua casa, diretamente com seus eleitores por meio das redes sociais, espalhando mentiras e boatos.

Outro fator que contribuiu para explicar a vitória do Bolsonaro tem a ver com a situação econômica do país. O crescimento foi pífio, as estimativas são da ordem de 1,3% para 2018. O desemprego atingiu 13 milhões de pessoas e a informalidade cresceu. Como se não bastasse, o IBGE contabilizou mais de 27 milhões de trabalhadores subutilizados, isto é, os desempregados, os subocupados (aqueles que trabalham menos de 40 horas semanais), os desalentados (os que desistiram de procurar emprego) e os que poderiam estar ocupados, mas não trabalham por motivos diversos.

A inflação, por sua vez, permaneceu controlada, mas a disparada dos preços da gasolina e do diesel pesou no bolso do brasileiro e no custo dos transportes. E foi um dos fatores que motivaram a greve dos caminhoneiros, que paralisou o país por 11 dias no final de maio, afetando a produção, o consumo e o PIB de 2018. Soma-se a esse quadro a implementação, pelo governo federal, mas também por governos estaduais e municipais, de medidas de austeridade que resultaram na diminuição de recursos para as políticas públicas e, portanto, na piora dos serviços ofertados pelo Estado. Com isso, voltaram a aumentar a mortalidade infantil, a pobreza, a extrema pobreza, as desigualdades, os homicídios e o desmatamento, entre outras mazelas socioambientais.

A situação de insegurança vivenciada por milhões de brasileiros associada a um profundo déficit de representação, de liderança e de legitimidade experimentado pelo sistema político, incluindo governos, partidos e instituições civis, geraram um mal-estar, um sentimento antissistema, que cresceu e que resultou na ascensão da extrema direita ao poder.

A escalada da extrema direita no Brasil recebeu apoio de amplos setores do empresariado nacional, dos fundamentalistas religiosos, da grande

---

estimula precocemente as crianças a se interessarem por sexo”, entre outros absurdos. Na realidade, trata-se da iniciativa Escola sem Homofobia, integrante do programa Brasil sem Homofobia, criado pelo governo federal em 2004. O kit era composto de três filmes e um guia de orientação aos professores para apoiar no combate ao preconceito e discriminação de homossexuais no ambiente escolar. O kit não foi distribuído, foi suspenso pela então presidenta Dilma Rousseff, após polêmicas com as bancadas religiosas do Congresso.

mídia, do Legislativo e do Judiciário: juntos contribuíram para o descumprimento dos direitos civis e políticos de Lula, condenando-o a partir de provas duvidosas, promovendo sua prisão desrespeitando a Constituição e proibindo sua candidatura à presidência da República com argumentos frágeis, apesar de ser o preferido de parte importante da população. Essa retaguarda política, econômica e cultural de Bolsonaro também contribuiu para blindar o presidente Temer, inúmeros de seus ministros e centenas de parlamentares das acusações de corrupção, de modo a proteger acima de tudo seus interesses corporativos e privatistas (abrir o mercado, privatizar e desregular a economia, defender privilégios, entre outros).

As primeiras medidas do presidente eleito são fiéis ao discurso de campanha: nomeou para seu ministério, constituído por 100% de brancos e 90% de homens, a maioria vinculada as bancadas da Bala, do Boi e da Bíblia, representantes das forças armadas, do fundamentalismo religioso, do livre mercado e do agronegócio; políticos da base aliada; e pseudo-paladino do combate à corrupção, como é o caso do juiz Sergio Moro para o Ministério da Justiça; entregou as políticas indigenistas para os evangélicos e os ruralistas; esvaziou o enfrentamento das mudanças climáticas, chegando ao cúmulo de recusar hospedar a COP 25 no Brasil como havia sido internacionalmente negociado; entregou a educação para um defensor da “escola sem partido” e da militarização das escolas; fechou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea); e atribuiu a militares o monitoramento de ONG, entre outras. Na área externa nomeou um diplomata pouco conhecido, admirador do presidente Trump, adepto do negacionismo das mudanças climáticas, crítico da globalização que, no seu entender, é dominada por uma ideologia anticristã e hegemônica pelo “marxismo cultural”<sup>3</sup>. Bolsonaro anunciou a transferência da embaixada brasileira em Israel de Tel Aviv para Jerusalém bem como a revisão de acordos firmados no âmbito das Nações Unidas, que na sua interpretação ferem a soberania nacional, como nos temas de migração e do clima.

O início da atuação de Bolsonaro vem sendo marcado por tensões e recorrentes desmentidos entre ele e integrantes de sua equipe. Essas ambivalências e ambiguidades podem ser fruto de um time inexperiente, mas, podem igualmente resultar de profundas contradições que permeiam o ministério do presidente do Brasil, como, por exemplo, um superministro da Economia que é visceralmente neoliberal e um chanceler nacionalista que se apresenta como crítico ferrenho da globalização. Ou, ainda, um ministro da Justiça conhecido pela sua cruzada contra a corrupção convivendo com colegas ministros denunciados por malversação de recursos. Outra atitude que poderá ter consequências nefastas para o governo Bolsonaro é o desdém com que trata a grande mídia, contribuindo para criar uma antipatia que ninguém sabe onde poderá chegar. As fragilidades ficarão mais evidentes quando a base aliada no Congresso começar a cobrar a conta do apoio político, o que irá entrar em franca contradição com a narrativa da nova política, livre de barganhas e orientada pela meritocracia. As trapalhadas do primeiro escalão vêm se avolumando a tal ponto que alguns analistas avaliam que o mandato do Bolsonaro pode ser mais curto do que se imagina.

Apesar do avanço da extrema direita, os últimos anos no Brasil foram marcados pela emergência de novos sujeitos políticos que se fizeram notar pela defesa de seus direitos e também pelo questionamento das estruturas de poder vigentes. Foi um período em que vimos o vigor da juventude das

---

<sup>3</sup> Marxismo cultural é uma teoria da conspiração difundida nos círculos conservadores e da extrema-direita. O futuro chanceler brasileiro, Ernesto Araújo, é seguidor dessa linha de pensamento.

periferias, das mulheres, das mulheres negras, do feminismo, dos povos indígenas e de novas formas de lutas ocuparem as ruas e as redes sociais com suas demandas por outra política. Marielle Franco, vereadora eleita pelo PSOL no Rio de Janeiro, brutalmente assassinada em 14 de março, expressava essa novidade. Aberta ao diálogo e incorporando em si mesma uma multiplicidade de lutas e sujeitos políticos, apostava na capacidade de mudanças das instituições, acreditava que todos têm o direito de viver com dignidade.

E mais, 2018 foi mais um ano das mulheres: dando continuidade às mobilizações de 2015 em torno das campanhas Meu Primeiro Assédio e Fora Cunha, as brasileiras se somaram ao movimento #MeToo lançado nos Estados Unidos, no final de 2017, que buscou visibilizar e denunciar a violência de gênero decorrente dos assédios sexual e moral e da discriminação. Além disso, foram às ruas protagonizando um extraordinário movimento, em torno da hashtag #EleNão, que chamou *brasileiras e brasileiros a votarem massivamente contra Bolsonaro, isto é, contra o machismo e a incitação explícita à violência contra as mulheres. Também merece destaque o fato de que pela primeira vez na nossa história duas mulheres negras concorreram à presidência da República: Marina Silva (Rede) e Vera Lucia (PSTU). Pela primeira vez ainda uma indígena concorreu à vice-presidência: este foi o caso de Sonia Guajajara do PSOL. Cresceu ainda a presença de mulheres na política: assim, por exemplo, a bancada feminina da legislatura 2019-2022 da Câmara dos Deputados Federal é integrada por 77 mulheres, o que representa 15% das cadeiras. Na legislatura anterior, a bancada feminina representava 10% do Parlamento, com 51 deputadas. Por fim, mas não por último, cerca de mil mulheres negras de todo o Brasil participaram do Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 anos: Contra o Racismo e a Violência e Pelo Bem Viver – Mulheres Negras Movem o Brasil, que aconteceu em dezembro, em Goiânia, Goiás. O evento marcou os 30 anos do primeiro encontro, realizado em 1988, no qual as mulheres do movimento negro se uniram para discutir formas de enfrentar a violência e a opressão que cerca a suas vidas. A ativista estadunidense pelos direitos civis e movimento negro Angela Davis, ex-pantera negra, participou do Encontro.*

A nova legislatura do Congresso Nacional, que toma posse em fevereiro de 2019, é também um espaço de contradições. De um lado, elegeu-se um Parlamento mais conservador e polarizado: os partidos do centro derreteram (MDB e PSDB) e abriram espaço para a extrema direita; e, as duas maiores bancadas da Câmara, o PT e o PSL de Jair Bolsonaro, irão tencionar constantemente. Mas, de outro lado, é muito mais diverso<sup>4</sup>: mais mulheres, mais mulheres negras, mais negros e mais pessoas com deficiência. Pela primeira vez na história do país, o Parlamento contará com uma mulher indígena, Joênia Wapichana (Rede-RO) e um senador assumidamente gay: Fabiano Contarato (Rede-ES), delegado da Polícia Civil que estreou na política derrotando nas urnas dois veteranos políticos que as pesquisas apontavam como favoritos. O igualmente capixaba Felipe Rigoni (PSB) se tornou o primeiro deficiente visual a conquistar uma cadeira na Câmara. Observa-se, ainda, expressiva renovação de parlamentares: dos 32 senadores candidatos à reeleição, apenas oito se elegeram. A taxa de derrota eleitoral, portanto, foi de 75%, índice excepcionalmente alto e muito superior ao previsto por todas as pesquisas de intenções de votos. A renovação também foi grande na Câmara,

---

<sup>4</sup> A esse respeito ver estudo do Inesc –Perfil do poder nas Eleições 2018: importantes conquistas, poucas mudanças, <https://www.inesc.org.br/perfil-do-poder-nas-eleicoes-2018-importantes-conquistas-poucas-mudancas/>

onde 157 deputados (43% dos 362 que eram candidatos à reeleição) não tiveram a aprovação dos eleitores para continuar em Brasília<sup>5</sup>.

No cenário internacional, os horizontes são igualmente sombrios. A fragilização da agenda de direitos também se consolida no resto do mundo: o processo de saída do Reino Unido da União Europeia, a eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos com suas propostas racistas, sexistas, machistas, protecionistas e anti-humanistas, o esvaziamento das Nações Unidas e do multilateralismo como um todo, o crescimento do poder das corporações, o aumento do número de refugiadas/os e das situações de violência às quais são submetidas/os são expressões de um mundo que caminha cada vez mais rápido para o aumento das injustiças, das desigualdades e de sua insustentabilidade climática e socioambiental.

O futuro próximo não parece promissor. As ONG e, especialmente, os movimentos sociais, estão seriamente ameaçados no Brasil assim como está *sub judice* a democracia. Mais do que nunca precisaremos da solidariedade internacional para nos manter ativos e altivos nas lutas por direitos e por justiça social. Precisaremos, ainda, e com o apoio das tecnologias disponíveis, nos comunicar, amplamente e constantemente, com a sociedade para debater a importância dos direitos humanos e dos valores como os de liberdade, igualdade e fraternidade para a consolidação de um país justo e inclusivo.

O Inesc, com outros, continuará a atuar com firmeza, aproveitando as brechas e as contradições existentes bem como irá se alimentar da energia positiva que emana da sociedade civil organizada do campo democrático e popular.

Como reconhecimento do nosso trabalho, tanto em âmbito nacional como internacional, mencionamos o prêmio nacional que ganhamos do Itaú-Unicef pelo nosso trabalho com adolescentes do socioeducativo no Distrito Federal bem como a eleição de Lara Pietricovsky como presidenta do Fórum Internacional de Plataformas de ONG – Forus.

Convidamos a todas e todos para que nos acompanhem nesta jornada: analisem o que fizemos em 2018 a partir da leitura deste relatório de 2018 e nos ajudem a aprimorar nossos resultados com suas reflexões, críticas e sugestões

Desde já agradecemos a atenção!



José Antônio Moroni  
**Colegiado de Gestão**



Lara Pietricovsky  
**Colegiado de Gestão**

---

<sup>5</sup>A esse respeito ver artigo publicado na revista Veja: <https://veja.abril.com.br/politica/mais-renovado-desde-1998-novo-congresso-tera-perfil-conservador/>

## Apresentação – Quem somos e como nos organizamos

O Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, não partidária e com finalidade pública. Tem por missão: "Contribuir para o aprimoramento dos processos democráticos visando à garantia dos direitos humanos, mediante o diálogo com o/a cidadão/ã e a articulação e o fortalecimento da sociedade civil para influenciar os espaços de governança nacional e internacional e a consciência da sociedade".

Criado em 1979, o Inesc orienta-se para ampliar a participação social em espaços de deliberação de políticas públicas. Em suas intervenções sociais utiliza o instrumental orçamentário como eixo estruturante do fortalecimento e da promoção da cidadania. Para ampliar o impacto de suas ações, o Instituto atua em estreita parceria com outras organizações, movimentos e coletivos sociais.

O ano de 2018 foi o segundo ano do nosso novo Quadrienal previsto para ser implementado até 2020. Nossa atuação está organizada em torno de um objetivo geral e sete objetivos específicos. Nosso **objetivo geral** é o de defender, junto com outros, a radicalização dos processos democráticos e dos direitos humanos, em âmbitos local, nacional e internacional, a partir das seguintes linhas de ação: orçamento e direitos, justiça fiscal, reforma do sistema político, direito à cidade e governança global. Para alcançar esse objetivo, estabelecemos os seguintes **objetivos específicos**: (1) Reforçar capacidades na sociedade civil em *Orçamentos e Direitos*; (2) Influenciar o orçamento e decisões públicas em temas e territórios estratégicos; (3) Atuar na defesa da reforma ampla do sistema político; (4) Promover o direito às cidades; (5) Influenciar processos de governança global e de articulações regionais e internacionais que impactam políticas nacionais estratégicas; (6) Inovar a comunicação para fortalecer a identidade institucional, a capacidade de incidência e ampliar o alcance na sociedade; e, (7) Inovar estratégias e metodologias, aperfeiçoar a gestão institucional e a captação de recursos.

Esperamos que a nossa atuação, com outros, nos leve à conquista de 16 **resultados** que são medidos a partir de 38 **indicadores**. Nossas principais **estratégias de atuação** são: a) produzir informações sobre investimentos, políticas públicas, orçamento, justiça fiscal e negociações internacionais para alimentar a luta por direitos humanos. As áreas centrais de intervenção são aquelas nas quais o Instituto já possui expertise: Criança e Adolescente, Juventude, Igualdade Racial, de Gênero e de Identidade de Gênero, Democracia, Educação, Saúde, com ênfase em acesso a medicamentos, Segurança Alimentar e Nutricional, Socioambiental, com ênfase nos direitos dos povos indígenas e Mobilidade Urbana; b) formar, em âmbito nacional e internacional, crianças, adolescentes, jovens, ativistas e lideranças em orçamento e direitos e justiça fiscal; c) incidir junto ao Poder Público – Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público – buscando evitar retrocessos no sistema político e na realização de direitos humanos; d) articular ações de incidência e resistência nos âmbitos local, nacional e internacional; e) trabalhar com outros para potencializar e legitimar o alcance das ações por meio de parcerias, mobilizações e campanhas.

Em 2018, dando continuidade a uma estratégia de sustentabilidade financeira sólida procuramos manter a diversificação de nossas fontes de financiamento: contamos com o apoio de 17 (dezessete) organizações entre fundações e institutos nacionais e internacionais, agências da cooperação

solidária internacional, União Europeia e recursos governamentais. Nossos gastos totais foram da ordem de R\$ 9 milhões de reais e contamos com uma equipe de 29 profissionais, incluindo a direção, a assessoria, a equipe administrativo-financeira e as/os estagiários/as, sendo a maioria composta por mulheres (68%).

Lançamos nossa nova marca: mais alegre, leve e que inspira liberdade. Ela foi construída para modernizar a imagem do Inesc e se conectar ainda mais com um público jovem, capaz de mobilizar e atuar politicamente dentro das novas linguagens das redes e das ruas. Também refizemos nosso site: mais intuitivo, a nova interface torna mais fácil a leitura e a pesquisa dos conteúdos que produzimos ao redor dos eixos temáticos: Orçamento & Direitos, Socioambiental e Amazônia, Crianças, adolescentes e jovens, Direito à Cidade, Agenda Internacional, Reforma Política e Democracia e Gênero, Raça e Etnia.

Continuamos investindo energia na captação de recursos junto a indivíduos e para tal fizemos novas experiências por meio das nossas campanhas, por exemplo. Trata-se de um processo lento, mas avaliamos que com o novo site e a nova identidade visual nossa interação com nossos apoiadores ganhará escala.

Avançamos também na medição do andamento dos nossos resultados. Passamos por formações em objetivos orientados à resultados e aprimoramos nosso sistema virtual de registro de informações relevantes para o monitoramento das nossas metas. A Assessoria do Inesc pode alimentá-lo remotamente, o que agiliza seu preenchimento, pois ao sair de um evento, no Brasil ou fora do país, é possível registrar as informações tempestivamente. No anexo deste Relatório encontra-se o nosso Quadro Lógico atualizado para 2018.

Para atendermos os requisitos de transparência e *accountability* disponibilizamos as informações institucionais na nossa página eletrônica na internet (documentos constitutivos; sócios; conselhos diretor e fiscal; relatórios de atividades, de auditoria e financeiros; projeto e apoiadores, entre outras informações). Possuímos ainda e-mail institucional por meio do qual qualquer cidadão/ã pode se comunicar conosco solicitando informações, apresentando sugestões ou encaminhando queixas e reclamações.

A seguir, apresentamos os resultados alcançados em 2018 em torno dos sete objetivos específicos que irão nortear nossa ação para os próximos anos.

# 1. Objetivo Específico 1: Reforçar capacidades na sociedade civil em *Orçamento e Direitos*

## 1.1 Formação de crianças, adolescentes e jovens

Em 2018 o Inesc formou 213 crianças e adolescentes em Orçamento e Direitos por meio dos projetos Onda. 53% eram mulheres e 77% negros.

### 1.1.1 Onda

O principal enfoque do Onda é assegurar o envolvimento de crianças e adolescentes de áreas socioambientalmente vulneráveis do Distrito Federal e entorno na discussão sobre direitos e cidadania, observando como esses itens se relacionam com o orçamento público. A ideia é fortalecer a capacidade de atuação dos/as jovens na conquista de seus direitos e no monitoramento das políticas públicas a eles/as destinadas. Os integrantes do projeto participam de uma série de encontros baseados nos princípios da educação popular, da arte-educação e da educomunicação. Em formato de oficinas, os encontros tratam de questões referentes aos direitos humanos, à participação democrática e organização do Estado, à educação de qualidade, às noções de justiça ambiental e à comunicação. Os/as adolescentes passam a frequentar espaços políticos importantes, como a Câmara Legislativa do Distrito Federal e o Congresso Nacional. Além de participarem de diálogos com o poder Executivo e de acompanharem audiências públicas nas quais são debatidas as principais questões que afetam seus direitos. As crianças e adolescentes do projeto, como parte de sua formação, realizam pesquisas sobre políticas públicas na sua comunidade e apresentam seus resultados em boletins. Em 2018, o projeto atuou em duas escolas públicas, Paranoá e Itapoã, e na Unidade de Internação de Santa Maria.



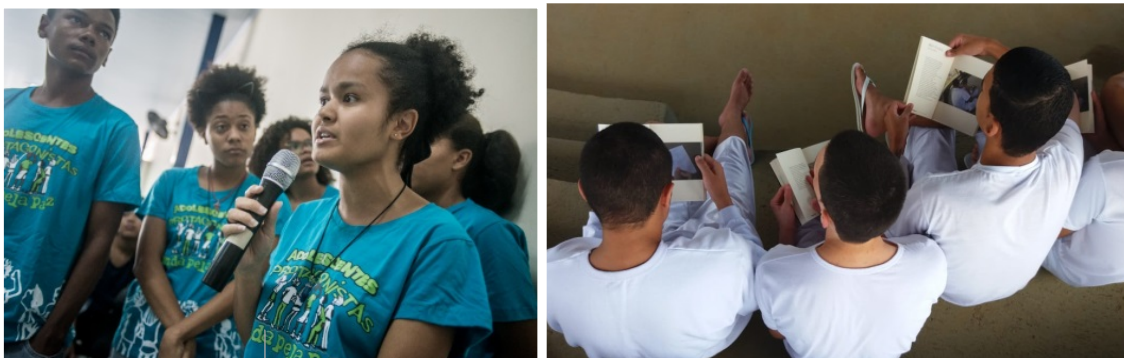
*Projeto Onda  
premiado pelo  
Itaú-Unicef*

### **Projeto Onda premiado pelo Itaú-Unicef**

O Inesc concorreu ao prêmio Itaú Unicef com a experiência no socioeducativo, uma parceria entre o projeto Onda e o Núcleo de Ensino da Unidade de Internação de Santa Maria que desenvolve o projeto RAP – Ressocialização, Autonomia e Protagonismo. Foram 3.500 experiências inscritas em duas modalidades e o Inesc foi selecionado em primeiro lugar na modalidade parceria. Apresentamos o trabalho de formação em Direitos Humanos, Cidadania e Orçamento Público, formação em educomunicação e o curso de Mediação de Conflitos para os internos com atividades de arte e cultura (dança, música e pintura). Além de escrever sobre a experiência, fizemos entrevistas, recebemos visita técnica e enviamos materiais produzidos.

O projeto Onda conseguiu trazer visibilidade para o sistema socioeducativo, especialmente para a medida de internação, por meio de reuniões com o poder público, de divulgação de informações e análises e de conquista do prêmio Itaú-Unicef.

Na Unidade de Internação de Santa Maria foram desenvolvidas atividades como aulas de dança urbana juntando meninos e meninas, oficinas de mediação de conflitos e, em parceria com o Núcleo de Ensino da Uism, foi realizado o Festival de Música da Unidade. Foi produzido um livro com as letras das músicas



*Adolescentes do projeto Onda em formação*

Nas escolas públicas Centro Ensino Fundamental 5 (Paranoá) e Centro Ensino Fundamental Zilda Arns (Itapoã) foram realizadas atividades de formação em orçamento e direitos e também formações na elaboração de pesquisas. Foram promovidos debates e rodas de conversa sobre temas escolhidos pelas crianças e adolescentes. Como resultado do projeto pode-se destacar diferentes incidências realizadas pelos estudantes, como, por exemplo: diálogos com a direção da escola para a formação do grêmio estudantil do CEF Zilda Arns do Itapoã; participação na Rede Social das cidades Paranoá e Itapoã apresentando a pesquisa sobre violência realizada pelos formandos e defendendo a construção de mais escolas na região; diálogo com a Promotora Federal dos Direitos do Cidadão, com representante da Secretaria de Segurança Pública e com o Unicef denunciando a violência letal contra



adolescentes do Paranoá; diálogo de meninas com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos onde apresentaram a demanda por maior participação das juventudes nas políticas públicas.

E mais: adolescentes do projeto Onda, sendo uma egressa do sistema socioeducativo, participaram ativamente da elaboração do projeto Educação, Direitos Humanos e Prevenção a ser implementado pelo Brasil, trabalho organizado pelo Instituto Auschwitz para a Paz e Reconciliação.



*Elaboração do projeto Educação, Direitos Humanos e Prevenção*

## **1.2 Formação e sensibilização de lideranças**

Em 2018 o Inesc investiu muita energia nos processos de formação e de sensibilização em Orçamento e Direitos. A diferença entre sensibilização e formação tem a ver com o conteúdo e a intensidade da formação. Em geral, a sensibilização é feita em um dia enquanto a formação requer ao menos dois dias, e continuam no processo de tutoria à distância. As atividades de tutoria são uma forma de aprofundar e dar seguimento às formações, e seu andamento se deu principalmente no auxílio aos educandos em suas atividades de incidência. Importante destacar que os processos preparatórios de sensibilização e de formação em Orçamento e Direitos são participativos e contam com os diversos atores, educadores e educandos.

Assim, em 2018, formamos 520 lideranças em Orçamento e Direitos e sensibilizamos 73, de 25 organizações (10 Redes Cidades Locais, 9 Redes de Bibliotecas Comunitárias, 1 Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES, 1 Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 1 Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, 1 Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, 1 Movimentos Sociais de Canãa dos Carajás, 1 grupo de jovens da periferia do Distrito Federal). A maioria dos/as formados/as foi de mulheres, conforme a Tabela 1:

**Tabela 1 – Inesc: número de sensibilizados/as e formados/as em Orçamento e Direitos, 2018**

<b>Formações</b>	Mulheres	Homens	Não sabe/ Não quer responder	Outros	Total
10 Movimentos Cidades	54	34	4		<b>92</b>
9 Redes de Bibliotecas Comunitárias	169	35	26		<b>230</b>
2 Apoinme/Foirn	70	65			<b>135</b>
1 CONAQ	9	6			<b>15</b>
1 Movimentos Sociais de Canãa dos Carajás (PA)	15	14			<b>29</b>
1 Jovens de periferia	10	9			<b>19</b>
<b>Total</b>	<b>327</b>	<b>163</b>	<b>30</b>		<b>520</b>

<b>Sensibilizações</b>	Mulheres	Homens	Não sabe/ Não quer responder	Outros	Total
1 Contag	38	34		1	<b>73</b>
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>34</b>		<b>1</b>	<b>73</b>

*Fonte: PMAS do Inesc.  
Elaboração própria.*

### 1.2.1 Sensibilização

#### **Contag**

A sensibilização junto à Contag foi cuidadosamente preparada em parceria com a Escola Nacional de Formação – Enfoc/Contag. Avaliamos que seria mais efetivo introduzir o tema de Orçamento e Direitos durante os cursos regionais de formação da Escola. Assim, em 2018 realizamos, em abril, uma oficina de orçamento e direitos com ênfase em incidência política no módulo 3 da Escola Nacional de Formação da Contag (Enfoc) – regional Nordeste em João Pessoa, Paraíba, dando continuidade às oficinas que realizamos no ano de 2017. Essa sensibilização teve como resultado a construção de planos de incidência para os municípios ou estados de trabalhadores rurais presentes na atividade. Antes desse encontro, os formandos tinham pesquisado junto às câmaras e prefeituras o orçamento do seu município e após esse momento a proposta era incidir para aumentar os recursos públicos para a agricultura familiar.

Fizemos também, em maio, 3 oficinas sobre Orçamento e Direitos no Encontro Nacional de Formação (Enfor): 1 – Orçamento público *versus* Orçamento Doméstico; 2 – Impacto da EC 95 para as Políticas Sociais; e 3 – O desmonte da política de agricultura familiar. Foram três oficinas com 4h de duração.

Note-se, ainda, que o Inesc foi convidado por diversas organizações, como por exemplo, encontros de movimentos sindicais para discutir temas afetos ao Orçamento Público.



*Encontro de movimentos sindicais para discussão sobre Orçamento Público*

### 1.2.2 Formação

Em 2018 formamos diferentes grupos, a saber: Movimentos Cidades, Redes de Bibliotecas Comunitárias, Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES (Apoime), Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Movimentos Sociais de Canãa dos Carajás e um grupo de jovens da periferia do Distrito Federal.

#### **Bibliotecas Comunitárias (RNBC)**

Em 2018, segundo e último ano desse projeto de formação em Orçamento e Direitos com as bibliotecas comunitárias, nossas ações principais foram: i) realização da terceira formação presencial com o tema de Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Mrosc) em 8 cidades da RNBC; ii) seguimento da formação, que chamamos de tutoria; iii) realização da quarta formação presencial com representantes das redes locais e nacional em Brasília, entre 06 e 08 de agosto; iv) elaboração de documento de incidência “Manifestação de Interesse Social” no nível federal, formatado durante a última formação presencial em Brasília e detalhado pela tutoria, para implementação após o período eleitoral, conforme decidido pela RNBC; por fim, e v) sistematização em conjunto, Inesc e RNBC, dos resultados da formação presencial em Brasília, apontando próximos passos.

A Tabela 2 apresenta o número de formandos e formandas por sexo, raça/cor e cidade.

**Tabela 2 – Número de formandos da Rede Nacional de Biblioteca Comunitária, por cidade, sexo e raça/cor, 2018**

		Geral Brasília	Belém	Fortaleza	Recife	Baixada fluminense	São Paulo	São Luís	Salvador	Betim	Total
<b>Gênero</b>	Feminino	21	14	13	7	16	16	25	44	9	165
	Masculino	6	5	3	4	2	8	2	1	8	39
	N/A	0	0	0	0	0	24	2	0	0	26
<b>Raça</b>	Branca	11	1	4	1	5	12	2	0	2	38
	Preta	6	15	2	3	5	11	8	41	0	91
	Parda	10	0	10	4	8	1	15	1	15	64
	Amarelo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Indígena	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
	N/A	0	2	0	3	0	24	4	3	0	36
	<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>19</b>	<b>16</b>	<b>11</b>	<b>18</b>	<b>48</b>	<b>29</b>	<b>45</b>	<b>17</b>	<b>230</b>

Fonte: PMAS do Inesc.  
Elaboração própria.

Como resultado da formação, foram realizadas diversas atividades de incidência, destacando-se:

- A Rede Jangada Literária de Fortaleza incidiu no PPA do município e conseguiu que fossem aprovados R\$ 3,2 milhões para a cultura, e incluíram as bibliotecas comunitárias no texto do planejamento.
- A Rede LiteraSampa de São Paulo conseguiu aprovar o Plano municipal de Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca e passou a integrar o Conselho de Cultura (que veio a ser desfeito pela prefeitura). Também na cidade de Mauá foi priorizada a construção do Plano, que foi conquistado, mas agora está paralisado;
- A Rede de Bibliotecas Comunitárias de Salvador incidiu nas três leis orçamentárias em 2017. Conseguiram incluir as bibliotecas comunitárias na LOA por meio de emenda. Também conseguiram aprovar recursos para a realização de um edital para as bibliotecas, porém o edital não foi lançado. Também estão incidindo na regulamentação do MROSC no município;
- A Rede Baixada Literária incidiu no PPA e na LOA. Conseguiu inserir as bibliotecas no PPA por meio de emenda e estão buscando recursos na LOA da mesma forma. Também estão participando da elaboração do Plano Municipal de Livro e Leitura;
- A Rede Baixada Literária ainda apoia as bibliotecas comunitárias de Duque de Caxias, que tem reivindicado recursos junto à Secretaria de Cultura. Lá, conquistaram a edição de um decreto para a elaboração do PMLLLB, que não foi concretizado;

- A Rede Nacional incidiu no Legislativo Federal e conquistou a Política Nacional de Leitura e Escrita (Lei Castilho). Mais ampla do que os conteúdos trabalhados nas formações e de incidência de longa data, a Lei 13.696/2018 guarda em seu texto pontos importantes para que se possa reivindicar o fomento financeiro das bibliotecas comunitárias, em especial na elaboração do Plano Nacional de Livro e Leitura, com prazo de publicação de 180 dias;

Por fim, a partir de articulação do Inesc, a Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias foi inserida no Compromisso 16 de Cultura do 3º Plano Nacional de Ação de Governo Aberto (3º NAP/OGP), que tem como objetivo georeferenciar todo o sistema de bibliotecas comunitárias no Brasil, o que permitiria uma maior visibilidade desse sistema e de suas atividades.



*Encontro dos envolvidos no projeto MobCidades*

### **Rede Cidades**

Em parceria com a Rede Cidades o Inesc vem desenvolvendo o projeto MobCidades, que envolve 78 organizações não governamentais de 10 movimentos em 10 cidades (Brasília, Belo Horizonte, Ilhéus, Ilhabela, João Pessoa, Recife, Piracicaba, Rio de Janeiro, São Luís e São Paulo).

O projeto consiste na capacitação destas organizações para que atuem no orçamento público, na mobilidade urbana e no direito à cidade, com vistas a regulamentar o transporte como direito social. O Inesc coordena o projeto e em cada uma das cidades uma organização local atua como ponto focal, responsável por mobilizar os movimentos. Em 2018 formamos 92 lideranças de 6 cidades, abordando o orçamento temático da mobilidade urbana. Além das oficinas de formação, os movimentos de cada uma das cidades realizaram dezenas de reuniões, de mobilizações e de atividades de incidência nos ciclos orçamentários locais. Vários ativistas envolvidos no projeto também fizeram o curso *online* promovido pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF, sobre Orçamento.

Em 2019, terceiro e último ano do projeto, serão realizadas as oficinas nas 4 cidades faltantes e a publicação dos orçamentos temáticos da mobilidade urbana. Haverá também um curso *online* sobre contratos e licitações promovido pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Além do encontro de avaliação com os pontos focais dos 10 movimentos por cidades.

## Apoinme/Foirn



Mapa desenvolvido na formação em Orçamento e direitos Indígenas

Desde 2016, o Inesc vem construindo junto à Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) um processo de formação em “orçamento e direitos indígenas”, tendo como público alvo lideranças do movimento indígena brasileiro. Seguindo decisão das próprias lideranças, o primeiro tema abordado foi o do direito à Saúde Indígena com ênfase no controle social. Desde então temos trabalhado para construir análises, formações e materiais pedagógicos que tratem do tema da saúde indígena e seu modelo, resultado da árdua luta dos povos indígenas, mas também repleta de desafios. Em 2018 realizamos formações com lideranças da Apoinme e da Foirn. As oficinas com públicos e perfis diferentes tiveram como propósito comum fortalecer a luta dos povos indígenas, suas articulações e organizações, por direitos. Com ênfase em diálogos sobre poder e sua relação com as políticas públicas e o orçamento, as oficinas permitiram aos participantes uma maior compreensão sobre o que é o orçamento público, sobre como ele se estrutura e sobre como atuar, tanto para seu monitoramento, quanto para tentar influenciá-lo para que seja efetivamente destinado às políticas indigenistas. Destaque-se que a formação junto à Apoinme, além de discutir as possibilidades de controle social da saúde indígena e oferecer ferramentas de monitoramento do orçamento público destinado à política, também foi importante por estimular a organização da Articulação, apoiando a realização de sua assembleia anual.

A Tabela 3 apresenta o número de formandos por organização e por sexo.

**Tabela 3 – Número de lideranças indígenas formadas, por organização e sexo, 2018**

	Mulheres (1)	Homens (2)	Jovens	Total (1) (2)
Oficina Orçamento e Direito à Saúde Indígena em parceria com Apoinme	51	45	N/A	<b>96</b>
Oficina Orçamento e Direitos Indígenas em parceria com Foirn	19	20	29	<b>39</b>
<b>Total</b>	<b>70</b>	<b>65</b>	<b>29</b>	<b>135</b>

Fonte: PMAS do Inesc.  
Elaboração própria.

## Conaq

*Oficina de formação  
em Orçamento e  
Direitos Quilombolas.*



Em novembro foi realizada a oficina de formação em Orçamento e Direitos Quilombolas com a participação de 15 lideranças da Conaq, sendo 9 mulheres e 6 homens, todos negros. Como atividade da formação, promovemos conjuntamente uma ação de incidência junto ao Ministério Público Federal/6ª Câmara, no sentido de garantir que o trabalho dos procuradores esteja alinhado aos direitos humanos quilombolas no próximo governo. Foi ainda realizada visita ao Quilombo Mesquita, em Goiás.

### **Jovens das periferias do Distrito Federal**

Iniciamos a formação com a sensibilização em Orçamento e Direitos na qual compareceram 19 jovens de regiões periféricas do DF. Importante destacar que alguns desses jovens quando adolescentes participaram de projetos no Inesc, como o Onda, o Oca e o Hub das Pretas; outros, contudo, foram se aproximando pelas pautas ou projetos sobre juventudes e direito à cidade. A metodologia do Inesc foi o fio condutor das atividades, zelando pela identidade e narrativa da educação popular como ferramenta de aprendizagem. A equipe composta por assessores e educadores promoveu três encontros de 8 horas, dois realizados na sede do Inesc e outro no Centro de Economia Solidária e Criativa. Como parte da atividade de formação foi realizada uma ação de incidência junto à Câmara Legislativa do Distrito Federal referente à possível votação de medida de diminuição de impostos locais, como, o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Para os jovens, fazia pouco sentido reduzir fontes de receitas que taxam os mais ricos, aqueles que possuem carro, quando para as periferias faltam serviços públicos como os de transporte, educação, saúde, cultura e segurança pública.



*Formação com  
jovens das  
periferias do DF*

## Movimentos sociais de Canã dos Carajás

A oficina “Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais – Cfem: o que é, de onde veio, para onde vai? um olhar a partir de em Canã dos Carajás” foi realizada em dezembro de 2018, na cidade de Canã dos Carajás, Pará, e contou com a parceria do Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (Cepasp). Participaram do evento representantes de diversos movimentos sociais e sindicais, tais como: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canã, Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM), Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação Pública do Pará (Sintepp), Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Pará (Senpa), Associação dos Servidores Concursados de Nível Superior de Canã dos Carajás (ASCONCC), entre outros. A oficina teve como objetivos: i) facilitar a compreensão de atores sociais de Canã dos Carajás, Pará, acerca da Cfem – Compensação financeira pela exploração de recursos minerais: conceitos, regulação, distribuição e sua importância no orçamento do município; ii) contribuir para a construção de uma agenda que promova a transparência e o compromisso público do seu uso para o fomento ao desenvolvimento inclusivo no município. Após a formação foi constituído um Grupo de Trabalho para organizar os próximos passos que potencialmente resultarão em demandas concretas do grupo envolvendo questões e temas como: maior transparência sobre o uso dos recursos da Cfem, estruturação de demandas para priorização do uso do recurso, futuras oficinas para aprofundar o tema e envolver outros atores, construção de uma oficina específica sobre usos da Cfem nas políticas e as mulheres de Canã dos Carajás.



*Oficina em Canã dos Carajás (PA)*

### **O desafio da tutoria nos processos de formação em Orçamento e Direitos**

Em 2017, de forma inovadora, o Inesc aprofundou o processo formativo adicionando a dimensão da tutoria dos educandos em Orçamento e Direitos. Para além das atividades presenciais, o Inesc iria acompanhar aqueles e aquelas que participaram da atividade, complementando o processo de aprendizagem e auxiliando-os nas ações de incidência.



Essa meta foi parcialmente alcançada na medida em que criamos um fórum virtual onde os formandos poderiam acessar materiais e apresentar suas dúvidas e propostas. Além disso, celebramos parceria com a Escola Nacional de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Enfoc/Contag) para disponibilizar nossos materiais e dirimir questionamentos. Não foi possível ir além essencialmente devido as características do Inesc, que não é uma organização tipicamente de educação. O número pequeno de assessores e seu envolvimento em diversas outras atividades institucionais (produção de informações, participação de eventos, realização de atividades de incidência, entre outras) dificulta a dedicação contínua aos educandos. Além disso, a própria dinâmica das lideranças, envoltas em um sem fim de ações, não permite uma interação regular. Para resolver essa questão, foram implementadas as seguintes estratégias: i) realizar, quando possível, a formação em duas etapas, sendo que o segundo momento seria voltado para aprofundar as ações de incidência em função da formação em Orçamento e Direitos realizada na primeira etapa; ii) contratar consultor do próprio movimento para auxiliar na elaboração dos materiais de formação, na mobilização dos participantes e na elucidação de dúvidas; iii) inserir, quando possível, os materiais do Inesc nas plataformas dos movimentos. Este foi o caso com a Enfoc da Contag; iv) organizar, junto com os movimentos, ações de incidência tanto em âmbito local quanto federal; e, (v) atender as demandas e questões dos formandos, quando a equipe do Inesc for acionada. Note-se que o uso do Whatsapp como canal direto de comunicação entre educandos e educadores tem sido muito utilizado para esclarecimento de dúvidas dos educandos.

## 2. Objetivo Específico 2: Influenciar o orçamento e decisões públicas em temas e territórios estratégicos

### 2.1 Mobilizações contra as medidas de austeridade e apresentação de propostas

A atuação do Inesc na promoção da justiça fiscal do Inesc esteve concentrado, em 2018, em três linhas de incidência: i) monitoramento do orçamento público federal, com destaque para os efeitos da austeridade nos direitos humanos; ii) elaboração de proposta de reforma tributária com justiça social, em parceria com outras organizações da sociedade civil dentro da iniciativa Reforma Tributária Solidária, em diálogo com o Fórum pela Redução das Desigualdades; e iii) realização da campanha #SóAcreditoVendo pelo fim do sigilo fiscal nos gastos tributários. Essa campanha também contém uma dimensão internacional, pois está articulada com outras campanhas nacionais na América Latina por meio do Projeto LATERAL do International Budget Partnership (IBP).

#### 2.1.1 Orçamento, austeridade e direitos

Diante dos diversos cortes orçamentários ocorridos no Brasil desde 2015 e aprofundados em 2016 com a Emenda Constitucional 95, do “Teto dos Gastos”, o Inesc concentrou esforços para avaliar os primeiros efeitos dessas medidas de austeridade na vida das pessoas. Atuando em rede com outras organizações, e como integrante da Plataforma Dhesca, foi construída a “Coalizão anti-austeridade e pela revogação da EC 95” e lançada a campanha “Direitos valem mais, não aos cortes sociais”, cujas estratégias principais em 2018 foram: produção de conteúdo, formação e incidência.



*Lançamento do livro “Economia para poucos”*

Assim, o Inesc participou da elaboração e publicação do livro “Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil”. Ficamos responsáveis pelo capítulo “Política fiscal e direitos humanos: uma análise a partir dos acordos internacionais”. Além disso, e no marco da Coalizão Anti-austeridade, o Instituto realizou rodas de conversa em todo o país para discutir como a crise está afetando a realização dos direitos; também participou de processos de formação de formadores em oito cidades brasileiras. Note-se que o Inesc, junto com professores da Unicamp e da UFRJ, ficou responsável pelos conteúdos socioeconômicos da Campanha.

Durante o processo eleitoral, foi lançado um manifesto político, que contou com a colaboração do Inesc. Tal manifesto buscava comprometer os presidentiáveis à pauta da revogação da EC 95.

Graças à qualidade das informações produzidas pelo Inesc, sete especialistas e relatores independentes das Nações Unidas enviaram um Comunicado Interno à Missão Permanente do Brasil em Genebra questionando as medidas de austeridade. Entre as fontes utilizadas para justificar o Comunicado está o estudo do Inesc, que foi citado várias vezes.

## 2.1.2 Reforma tributária

No segundo semestre de 2015 foi criada a Comissão Especial pela Reforma Tributária na Câmara dos Deputados. Em 2016, como resultado da incidência de diversas organizações foram realizadas audiências públicas onde se buscou debater a necessidade de uma reforma que caminhasse na direção da justiça fiscal em contraponto a propostas de mera simplificação tributária. Porém, entendendo a necessidade de apresentar propostas concretas, diversas organizações, entre as quais o Inesc em parceria com acadêmicos criaram o Grupo de Trabalho intitulado GT Reforma Tributária Solidária. O GT teve como objetivos elaborar subsídios para o debate sobre o tema e apresentar uma proposta popular. Essa iniciativa foi realizada em diálogo com o Fórum pela Redução das Desigualdades. Tendo como coordenadores a Plataforma Política Social, a Anfip e a Fenafisco, o GT “Reforma Tributária Solidária” realizou as seguintes atividades em 2018:

- Elaboração e lançamento em maio do livro “A reforma tributária necessária – diagnósticos e premissas” (<https://bit.ly/2PETFJ9>), tendo o Inesc contribuído com os debates que guiaram a elaboração do livro e de forma ainda mais direta da elaboração do capítulo “Reforma tributária ambiental: perspectivas para o sistema tributário nacional” (<https://bit.ly/2CjMTEf>).
- Realização do Fórum Internacional Tributário em junho em São Paulo, com a presença de especialistas. O Inesc foi o moderador do painel sobre tributação ambiental (<https://bit.ly/2URYeTa>).
- Lançamento da “Carta: Justiça Fiscal é possível” em outubro, em pleno processo eleitoral, buscando gerar compromissos dos presidentiáveis com o tema (<https://bit.ly/2CjNsxR>).
- Elaboramos e lançamos o livro “Justiça fiscal é possível: subsídios para o debate democrático sobre o novo desenho da tributação brasileira” (<https://bit.ly/2PHie7f>), que traz simulações e indica o caminho de uma proposta popular de reforma tributária justa, servindo como subsídio para o debate democrático.



*Inesc participa do  
Fórum Internacional  
Tributário*

### 2.1.3 Campanha Só Acredito Vendo, por transparência nos gastos tributários

A Campanha está inserida no projeto regional “Pesquisa, incidência e aprendizado sobre gastos tributários na América Latina – LATERAL” (por sua sigla em inglês) coordenado pelo IBP, com o objetivo apoiar o trabalho de organizações da sociedade civil que atuam por mais transparência, equidade e prestação de contas nas políticas de desoneração tributária, tanto nacionalmente, quanto na região.

Nacionalmente, o tema tem grande relevância uma vez que os gastos tributários representam hoje em torno de 4% do PIB ou 20% da arrecadação total, uma receita em potencial importante para um país que passa por forte crise fiscal há mais de 4 anos. Além disso, estudos anteriores realizados pelo Inesc evidenciaram que estes gastos geram distorções e privilégios que acentuam o caráter regressivo do sistema tributário brasileiro, resultando em mais desigualdades, de classe, regionais, de raça/etnia e de gênero. Acontece que atualmente no Brasil muito pouco se sabe sobre quem são os beneficiários dos gastos tributários e quais valores esses beneficiários percebem. Essa falta de transparência ocorre porque existe um entendimento legal de que os gastos tributários estão protegidos por sigilo fiscal, sendo permitida somente a divulgação de um demonstrativo com dados agregados por parte da Receita Federal. Apesar de suas limitações, é possível fazermos algumas análises.

Assim, a absoluta maioria dos gastos tributários diz respeito a benefícios concedidos a empresas. Nesse sentido, os principais impostos desonerados no período analisado foram o Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e o Imposto sobre Produtos Industrializados – Operações Internas (IPI Interno). Já as contribuições que sofreram mais renúncias ao longo dos anos foram a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e a Contribuição para a Previdência Social.

É importante destacar que tanto a Cofins quanto a Contribuição para a Previdência são tributos essenciais para o adequado financiamento da Seguridade Social e de três importantes políticas públicas que a compõem: Saúde, Previdência Social e Assistência Social. Assim, quanto maior o gasto tributário desses tributos que constituem a base de financiamento da Seguridade Social, maior a redução do seu financiamento. Isso é ainda mais grave quando consideramos o quadro de subfinanciamento crônico da Seguridade Social associado às medidas de austeridade financeira implementadas pelo governo.

Os gastos tributários têm ocorrido sem avaliação prévia e posterior à sua adoção. Seria necessário considerar a real necessidade, o cumprimento dos objetivos de concessão do benefício, a eficiência, a eficácia e a efetividade. Nesse sentido, selecionamos três estudos de caso, os concedidos aos agrotóxicos, às bebidas açucaradas e na região da Sudam, para exemplificar a ineficiência socioeconômico e ambiental que os mesmos podem representar. Essa análise encontra-se no estudo que produzimos “Gastos tributários de empresas no Brasil: 2011 a 2018. Subsídios para a Campanha #SóAcreditoVendo” (<https://bit.ly/2Ev7K9M>).

Com o intuito de contribuir para o debate e de demandar transparência nos gastos tributários, lançamos a campanha Só Acredito Vendo. Para tal elaboramos peças de comunicação para as redes sociais marcadas com a hashtag #sóacreditovendo (Facebook e Twitter), lançamos um site com um Manifesto e um abaixo assinado ([www.soacreditovendo.org.br](http://www.soacreditovendo.org.br)), produzimos um vídeo explicando o cenário dos gastos tributários no Brasil e a Campanha (<https://bit.ly/2Exp1OT>) e mobilizamos uma rede de apoiadores entre organizações da sociedade civil, movimentos sociais, sindicatos e academia, cujo apoio aparece no site.

A Campanha teve um alcance total de 111.726 no Facebook, sendo 10.013 de número total de interações, 4.451 de alcance médio por post. O Manifesto contou com 718 assinaturas. O principal desafio enfrentado pela campanha foi a sua realização concomitantemente ao processo eleitoral. Diante de uma campanha radicalizada, pautada mais pelo ódio do que pelas propostas, o tema perdeu centralidade.

Com a campanha buscou-se pautar o tema dos gastos tributários e seus impactos no debate público e sensibilizar e engajar com a causa da quebra do sigilo fiscal de pessoa jurídica relacionado aos gastos tributários os integrantes do Congresso Nacional, do Tribunal de Contas da União e do Sistema de Justiça. Para esse segundo objetivo, iremos realizar em 2019, com a nova legislatura e com o Judiciário, audiências públicas.



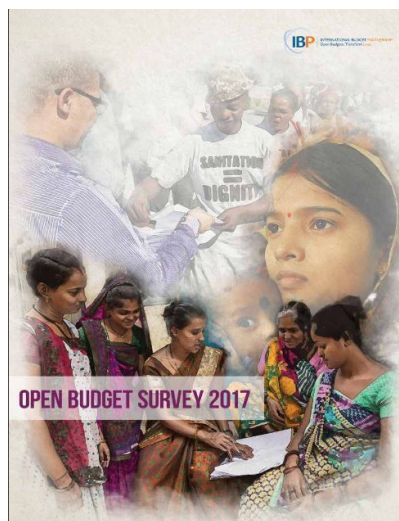
*Campanha pede  
transparência dos  
gastos tributários*

## **2.2 Monitorando a transparência orçamentária**

Em janeiro, o Inesc lançou o Open Budget Index – OBI 2017, trabalho realizado em parceria com o IBP. O Brasil ocupou a 7ª posição no ranking global de transparência orçamentária entre 115 países analisados. No entanto, as instituições brasileiras oferecem poucas oportunidades para a população se envolver nos processos de gestão dos R\$ 3,57 trilhões que compõem o orçamento federal. O Brasil caiu uma posição no ranking em relação à última pesquisa, divulgada em 2015, quando o país alcançou o 6ª lugar. Contudo, manteve a mesma pontuação: 77 de 100 pontos possíveis para transparência. Além disso, perdeu a posição de líder da América Latina, agora ocupada pelo México.

Além disso, continuamos participando do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para o monitoramento do 3º Plano de Ação da Parceria para o Governo Aberto, conhecida como OGP (Open Government Partnership, na sua sigla em inglês). Diante da pouca efetividade do diálogo com o Governo Federal, estamos reavaliando nossa permanência nesse espaço.

Ranking global de  
transparência  
orçamentária. Brasil na 7ª  
posição



## 2.3 Atuação na área socioambiental e na Amazônia

### 2.3.1 Investimentos e direitos na Amazônia

No que se refere à área socioambiental, o Inesc produziu várias análises que contribuíram para uma maior disseminação de informações sobre o quadro de retrocessos e, desta forma, colaborou para fortalecer resistências contra o desmonte de políticas públicas. Tais matérias estão disponíveis no site do Inesc “Investimentos e Direitos na Amazônia”<sup>6</sup>. Destacamos neste trabalho a série de informações e análises sobre o orçamento indigenista a cargo da Fundação Nacional do Índio – Funai assim como o desmonte da capacidade institucional do órgão. As reflexões produzidas tiveram como objetivo subsidiar debates e atos de protesto dos povos indígenas durante o Acampamento Terra Livre (ATL) que reuniu em Brasília mais de 2 mil indígenas.

Para o site “Investimentos e Direitos na Amazônia” foram produzidas e divulgadas em 2018 14 matérias abordando questões ligadas à pauta socioambiental. Embora os temas sejam diversos, tem-se buscado manter como foco da contribuição ao debate público sobre Amazônia dois temas centrais: 1) a relação entre investimentos em setores intensivos em recursos naturais, seus atores e interesses, e as pressões socioambientais sobre a região; 2) o desmonte do estado e das políticas públicas e seus efeitos sobre a região.

### 2.3.2 Monitorando o orçamento socioambiental

O Inesc também trabalhou na produção e divulgação de análises sobre o orçamento socioambiental para 2018 com especial ênfase no orçamento para políticas indigenistas e o orçamento do meio ambiente. Foram realizadas as seguintes análises:

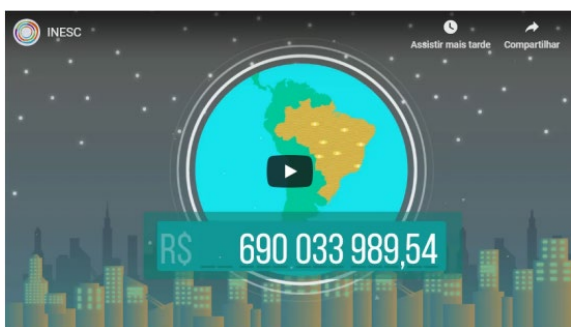
- Orçamento para o Meio Ambiente em 2018: pior do que parece.
- Orçamento 2018: Funai respira, mas não se recupera.
- Direitos Indígenas: entre desmontes, oportunismos e resistência. Esta análise foi elaborada para ser divulgada durante o Acampamento Terra Livre, realizado em abril com o objetivo de alimentar os debates temáticos durante o ATL sobre o desmonte do Estado e das políticas indigenistas.

<sup>6</sup> A esse respeito ver: <http://amazonia.inesc.org.br/>

### 2.3.3 Defesa dos territórios frente à mineração

No que diz respeito ao tema da mineração, o Inesc atuou, juntamente com o Comitê em Defesa dos Territórios frente à Mineração, do qual integra a secretaria operativa, para influenciar a tramitação da Medida Provisória N° 789 de 2017. Essa MP definiu nova forma de cálculo, taxas e formas de distribuição dos recursos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários (Cfem). A produção de conteúdos pelo Inesc sobre a MP foi importante para subsidiar movimentos e organizações sociais em defesa de uma maior cobrança da Cfem, mais transparência no uso do recurso e mais compromisso com a execução de políticas sociais. Fez parte da estratégia de incidência a participação em audiência pública para debater o tema. Uma conquista relacionada a este trabalho foi uma nova divisão dos recursos da Cfem que passou a contemplar municípios impactados pela mineração e suas infraestruturas. Esta era uma "bandeira" defendida pelo Inesc e pelo Comitê que foi aprovada no texto da Medida Provisória convertido em Lei.

### 2.3.4 Dimensionando os subsídios aos combustíveis fósseis



*Vídeo da campanha sobre subsídios a combustíveis fósseis*

Uma novidade em 2018 foi o início do trabalho com a temática dos subsídios aos combustíveis fósseis. O Inesc realizou e lançou, em junho, estudo que teve como objetivo estimar para o Brasil os subsídios aos combustíveis fósseis para o período de 2013 a 2017, onde se incluem o petróleo e principais combustíveis derivados – gasolina, óleo diesel, óleo combustível, o GLP ou gás de cozinha – o gás natural e o carvão mineral. O estudo estimou que o Brasil gasta cerca de R\$ 68 bilhões por ano com subsídios a combustíveis fósseis, ou seja, 1% do Produto Interno Bruto (PIB) do país ou o equivalente a mais de dois programas Bolsa Família. Com intuito de divulgar os resultados da pesquisa, foi realizada uma campanha chamando a atenção para os impactos climáticos, sociais e ambientais dos subsídios aos combustíveis fósseis no Brasil. A campanha pretende monitorar anualmente os valores dos subsídios aos combustíveis fósseis, demandar mais transparência por parte do governo e compromisso com uma agenda de reforma destes subsídios. O vídeo da campanha pode ser acessado no seguinte link: <https://www.inesc.org.br/campanhas/campanha-combustiveis-fosseis/>

Essa pesquisa, inédita, demarca o início de uma agenda de produção de informações que tem como propósito alimentar o debate público e a incidência sobre a importância da transparência acerca dos volumes de subsídios envolvidos na extração e no consumo desses combustíveis fósseis, assim como de uma progressiva reavaliação e eliminação dos mesmos. O Inesc entende que a aridez e complexidade desse tema, além dos diversos interesses e forças que movem a concessão desses subsídios, requerem esforços múltiplos, sistemáticos e de distintos atores, públicos e privados. Por

isto, também avalia que se trata de uma agenda que deverá avançar a médio e longo prazos.

## 2.4 Monitorando os orçamentos da saúde e de acesso a medicamentos



A atuação do Inesc na área de saúde vem se consolidando. Em 2018 foram desenvolvidas as seguintes ações: i) atualização do orçamento temático de medicamentos (OTMED), ii) realização de pesquisas sobre o orçamento da saúde e sobre os gastos tributários com o setor farmacêutico, iii) participação de reuniões do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e de outros eventos; e, iv) elaboração de estudos exploratórios sobre as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP). Graças a essa atuação foi possível estabelecer diálogos e pautar os temas da saúde e dos medicamentos em diversos espaços, como o Fórum Social Mundial, a Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, a Campanha "Direitos Valem Mais, Não aos Cortes Sociais", o Conselho Nacional de Direitos Humanos, o XIII Encontro Nacional de Economia da Saúde e 12º Congresso de Saúde Coletiva (Abrascão), entre outros. O Inesc reuniu e disseminou conteúdos centrais para a governança, transparência e accountability da saúde e da assistência farmacêutica no país, buscando atuar na manutenção e melhoria da assistência farmacêutica, em meio ao complexo cenário de austeridade fiscal sobre as políticas e sobre o investimento (inclusive em pesquisa, desenvolvimento e inovação).

Dessa forma, foi possível denunciar retrocessos e estabelecer diálogos e parcerias com atores importantes do setor de saúde no país, embora o cenário apresente desafios de grande monta para os próximos anos em todos esses aspectos. Provocados pela Open Society Foundations (OSF), organizações e pesquisadores de diversos campos passaram a se reunir para pensar o acesso à medicamentos numa perspectiva intersectorial. Esse grupo é integrado por, além do Inesc, Idec, Reporter Brasil, Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual da Rebrip (GTPI) e Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ). Discutimos e analisamos o tema na perspectiva dos direitos humanos, da pesquisa, da reportagem, do consumidor, das negociações internacionais entre outras visões. A ideia é intensificar esse diálogo em 2019.



## 2.5 Atuando na promoção da equidade de gênero e raça/etnia

A defesa dos direitos das mulheres, da população negra, incluindo os quilombolas, e dos povos indígenas perpassa toda a atuação do Inesc. Assim, por exemplo, nas nossas atividades de *formação e de sensibilização* em Orçamento e Direitos damos prioridade a esses grupos da população. A maioria dos nossos educandos é composta por mulheres e negros. Ou ainda, quando analisamos *as medidas de austeridade* implementadas pelo governo nos debruçamos sobre os seus impactos nas mulheres, nos povos indígenas e na população negra. Na nossa atuação pela *reforma do sistema político*, além de permanentemente incidir na sociedade para a participação ativa de movimentos de mulheres, indígenas e da população negra na Plataforma pela Reforma do Sistema Político, efetuamos análises das candidaturas às eleições de 2018 na perspectiva de gênero e raça. As atividades que realizamos na defesa do *direito à cidade* levam em conta as questões de gênero e raça: assim, por exemplo, o projeto Juventudes nas Cidades – Fortalecendo o Corre é majoritariamente integrado por jovens negros.

Desenvolvemos ainda atividades específicas como aquelas em volta do 8 de Março ou do Dia da Consciência Negra. Participamos do Fórum Permanente pela Igualdade Racial (Fopir).



Feira do Fortalecendo o Corre no Mercado Sul

### Na defesa dos direitos LGBTQI+

O Inesc continua engajado na defesa dos direitos LGBTQI+. Em 2018 foram realizadas atividades de formação, de comunicação e de captação de recursos em parceria com o movimento.

Para o dia Nacional da Visibilidade Trans, em 29/01, divulgamos um vídeo, um card – que obteve muito sucesso – e um artigo. Esses materiais podem ser acessados neste link:

<https://www.inesc.org.br/dia-nacional-da-visibilidade-trans/>. A divulgação das informações é crucial para dar visibilidade para travestis, transexuais, mulheres e homens trans, grupo que ainda vive em situação de vulnerabilidade social devido à transfobia. Os dados disponíveis revelam que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo. E mais: o número de assassinatos de pessoas trans vem aumentando, sendo que as transexuais e

travestis negras são maioria entre as mortes de LGBTIQ+ no país. Isso ocorre porque há interseccionalidade nas desigualdades, ou seja, as mulheres trans negras são vítimas de violências e discriminações de diversos tipos: machismo, transfobia, racismo e, em muitos casos, também por serem pobres.

Entre as pautas do movimento está a inserção no mercado de trabalho. Levando isso em conta, o Inesc se associou ao Levante Popular da Juventude no tema direitos humanos LGBTIQ+ e concorreu ao Edital Doritos Rainbow, projeto Lacre! O projeto foi desenvolvido conjuntamente com jovens do Levante, visando constituir um processo de formação continuada para elaboração e gestão de projetos. A proposta foi vencedora e o projeto será executado em 2019.

No final do ano, em parceria com a Enfoc/Contag, o Inesc promoveu uma oficina de formação intitulada "Onde você guarda o seu preconceito? Direitos Humanos LGBTIQ+". Participaram 21 educandos, sendo 15 mulheres, 6 homens e 15 negros. A oficina contou com a presença de 2 monitores, 1 homem trans e 1 pessoa não binária, do Levante Popular da Juventude.

O Inesc também apoiou a impressão de um calendário intitulado Calendrag 2019. Os recursos da venda serão destinados à coletivos do movimento como a Casa Frida e a ULTRA (União Libertária de Travestis e Mulheres Transexuais).



*Card feito pela artista Taya Carneiro para veiculação nas redes do Inesc*

### 3 Objetivo Específico 3: Atuar na defesa da reforma ampla do sistema político

#### 3.1 Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político

Lutar por outro sistema político é o mote da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político<sup>7</sup>. Criada em 2004, a Plataforma busca disputar em âmbito nacional o debate da reforma do sistema político, defendendo a radicalização da democracia para o enfrentamento das desigualdades, a promoção da diversidade e o fomento da participação cidadã. Ela se articula em torno de 6 eixos de atuação: i) fortalecimento da democracia direta; ii) fortalecimento da democracia participativa/deliberativa; iii) aperfeiçoamento da democracia representativa; iv) democratização da informação e da comunicação; v) democratização e transparência do Sistema de Justiça; e, vi) economia e democracia. A Plataforma é integrada por cerca de 120 redes, fóruns, articulações, movimentos, organizações, coletivos, ativistas e pesquisadores de todo território nacional. O Inesc faz parte do Grupo de Referência da Plataforma e, como tal, liderou a elaboração de projeto de 3 anos para concorrer a edital da União Europeia. O projeto foi aprovado e começou a ser implementado em finais de 2018. Trata-se de resultado alvissareiro, na medida em que a Plataforma terá doravante melhores condições para expandir-se e consolidar-se como ator relevante para o debate sobre a radicalização da democracia no Brasil.

#### 3.2 Incidindo por um projeto popular para o Brasil

Buscando participar de processos de construção de projetos populares para o Brasil, o Inesc integra diversas iniciativas nesse sentido. Uma delas é a *Frente Brasil Popular*<sup>8</sup>. Formada por dezenas de organizações e movimentos sociais e sindicais, além de partidos políticos e acadêmicos, a Frente se organiza para resistir a onde conservadora e organizar grandes mobilizações. debater e construir um projeto nacional de desenvolvimento democrático e popular. Em 2018 foram organizadas atividades de mobilização, de luta e de formação bem como de preparação da III Conferência da Frente Brasil Popular, que será realizada nos dias 30 e 31 de março em São Paulo.



*Frente Brasil  
Popular*

<sup>7</sup> Para maiores informações, ver: <http://www.reformapolitica.org.br/>

<sup>8</sup> Para maiores informações acessar a página da Frente Brasil Popular: <http://frentebrasilpopular.org.br/>

A Frente também lidera a instalação do Congresso do Povo Brasileiro. Trata-se da convocação e da instituição do nosso próprio Congresso, como parte de um grande processo pedagógico das massas populares. Esse processo deve ajudar a politizar a sociedade, a entender este momento político, e que nos desafie a identificar as saídas da crise e as formas de se organizar para construir estas saídas.

O Inesc é também da coordenação política do *Projeto Brasil Popular* e coordena o GT Democracia, Participação e Reforma do Estado. O objetivo deste processo é debater e construir um projeto nacional de desenvolvimento democrático e popular. Diversos setores têm refletido ao longo da história sobre propostas, estratégias e questões que apontam os problemas estruturais do Brasil e indicado caminhos para a sua superação. Assim, o Projeto Brasil Popular busca expressar estes acúmulos e reflexões, além de estimular a aglutinação da força social em torno desses esforços, com a participação popular e de setores que representem os anseios do povo brasileiro. O debate se articula em torno de paradigmas como vida boa para todos e todas; bens comuns; igualdade e diversidade; democracia, participação e autonomia; soberania nacional e desenvolvimento. As discussões acerca do Projeto Brasil Popular têm como concepção de formação a educação popular: o esforço de mobilização, organização e formação das classes populares para o exercício do poder e construção de um projeto de nação ao qual estejam contemplados e inseridos. Esse esforço exige uma pedagogia que parte do querer do sujeito, das demandas e potenciais da classe trabalhadora, seus anseios e reivindicações, seu contexto e da troca de experiências. Criam-se espaços para os sujeitos opinarem, relatarem problemas, levantar desafios, expressar sua indignação, trocar experiências de organização e mobilização, e apontar soluções aos problemas enfrentados cotidianamente.

Como contribuições para esse debate, o Inesc também esteve ativo durante as eleições: realizou análises do perfil dos candidatos, levando em conta os quesitos de raça/cor, etnia e gênero. Apesar de algumas melhoras – como o aumento, ainda que pequeno, da presença de mulheres no Parlamento –, o Congresso Brasileiro está longe de representar a diversidade da sociedade brasileira. Predominam homens, brancos, proprietários e cristãos. Além disso, também foram avaliados os programas de governo dos candidatos à Presidência da República a partir das seguintes políticas públicas: segurança alimentar e nutricional, saúde, educação, mobilidade urbana, reforma tributária, igualdade racial e política externa. Exercício semelhante foi efetuado em relação à candidaturas do governo do Distrito Federal em relação ao tema da mobilidade urbana.

Levando em conta que o Inesc é referência nesse debate, o Instituto é regularmente convidado para participar de reflexões ou de formações promovidas por movimentos populares, movimentos sindicais e partidos políticos de diferentes matizes, entre outros atores. Nessa qualidade foi também convidado a integrar uma nova articulação intitulada Pacto pela Democracia.

## 4. Objetivo Específico 4: Promover o direito às cidades

O direito à cidade é uma bandeira que o Inesc defende especialmente desde 2012 quando participou da criação do Movimento Nossa Brasília (MNB), que passou a fazer parte da Rede Cidades.

### 4.1 Movimento Nossa Brasília

O MNB, do qual o Inesc faz o secretariado, é um movimento da sociedade civil que se articula em rede e põe em diálogo pessoas, iniciativas e organizações comunitárias, outras redes e movimentos sociais que compartilham a defesa do Direito à Cidade e dos Direitos Humanos com uma perspectiva crítica, popular e coletiva. É um espaço de participação política que visa a defesa da democracia, promoção dos direitos e equidade de gênero, bem como o combate ao racismo em nossa sociedade.



*Atividade do  
Movimento Nossa  
Brasília na periferia do  
DF*

O movimento se funda nos princípios da horizontalidade, da colaboração, da diversidade e não-discriminação, da autonomia em relação a partidos políticos, governos e instituições financeiras, e tem como horizonte a construção de um Distrito Federal economicamente justo, diverso, democrático e sustentável.

Em 2018, além de o Movimento ter se envolvido com o Mapa das Desigualdades na Estrutural, que se desenvolveu no primeiro trimestre e foi lançado em abril, em ato público na própria Estrutural, continuou sua luta por direito à cidade. Uma das ações anuais, por exemplo, é atuar na semana de mobilidade, em setembro. E nesse ano fizemos diferente, ao invés de centrar nossas ações na crítica ao uso do automóvel, resolvemos focar no transporte coletivo e fizemos uma ação chamada “Parada Viva”: em um ponto de ônibus no Paranoá, reunimos cerca de 100 pessoas em um Sarau no meio da rua, pedindo mais iluminação nas paradas de ônibus, especialmente, para que as mulheres se sintam mais seguras. Esta atividade nos levou a escolher a região para ser a protagonista no novo Mapa das Desigualdades de 2019, cujo tema principal é a desigualdade relacionada à mobilidade urbana marcada pelo gênero. Em novembro, o GT de Mobilidade se envolveu com a formação em orçamento temático. E durante o processo de apresentação das leis orçamentárias, atuaram na incidência. Outra forma de incidência foi analisar os planos de governo dos candidatos durante o processo eleitoral para divulgação, especialmente, em mobilidade urbana.

## 4.2 Mapa das Desigualdades

O Movimento Nossa Brasília vem elaborando desde 2016 o Mapa das Desigualdades. Com o objetivo de mostrar a desigualdade na distribuição de equipamentos e execução de políticas públicas nas distintas cidades do DF, parte-se de dados oficiais<sup>9</sup> para elaborar as análises, contando com a participação de movimentos sociais e ativistas de três Regiões Administrativas do DF: Estrutural, Samambaia, São Sebastião. Em um segundo momento, entre dezembro de 2017 e março de 2018, deu-se início a um novo formato do Mapa. Em conjunto com coletivos da cidade Estrutural, a região mais desigual em relação ao Plano Piloto, conforme havia sido constatada na edição anterior do Mapa, apostou-se em outra abordagem: a de, a partir de métodos qualitativos de pesquisa, trazer para os números e dados que haviam sido recolhidos a dimensão da experiência, dialogando sobre os impactos dos baixos indicadores na vida cotidiana dos/as moradores/as da cidade. Por meio da organização de reuniões ampliadas, grupos focais e etnografias, o “Mapa das Desigualdades: Encarando Números” possibilitou refletir junto à comunidade sobre os efeitos das desigualdades econômicas e a ausência de políticas públicas, mas também sobre as alternativas, caminhos e estratégias criativas que as pessoas que as vivenciam encontram para resistir a tal situação. O projeto resultou em consistente envolvimento da comunidade e em produções de linguagens diversas, como vídeos, crônicas etnográficas e um livro de minicrônicas, entre ficção e realidade, inspiradas nas vozes das pessoas que participaram do processo. O Mapa das Desigualdades segue nas Regiões Administrativas do Paranoá e do Itapoã, duas cidades surgidas a partir de ocupações inicialmente consideradas irregulares pelo poder público e que atualmente contam com precários indicadores de políticas públicas. Nesse novo momento, o recorte temático do projeto é a vivência da mobilidade urbana e as desigualdades de gênero e raça, com o objetivo de oferecer mais uma ferramenta de incidência e atuação política para a população daquelas cidades.



*Reunião de preparação  
para o Mapa das  
Desigualdades*

## 4.3 Juventudes nas Cidades – DF Fortalecendo o Corre

O projeto Juventudes nas Cidades esteve em contato com cerca de 60 jovens, sendo 35 com participação ativa e orgânica. São eles de 13 regiões administrativas do DF e entorno. Pertencem a 27 coletivos jovens de cultura. São o retrato e a incorporação da arte criativa pela sobrevivência, identidade,

<sup>9</sup> São nossas fontes pesquisas como o Censo e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE e a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (Pdad) da Companhia de Desenvolvimento e Planejamento do Distrito Federal (Codeplan).

pertencimento e vínculo territorial. Essas juventudes abdicaram do sentimento de vergonha de suas quebradas, por orgulho de sua história e fazem delas sua inspiração, canção, tintura, corte de cabelo, tecido, recorte e suporte de afeto. Bem como compreendem seus corpos periféricos como território de incidência, incidem pelo direito de liberdade da sua sexualidade, gênero, religiosidade, arte, intelecto. Nessa perspectiva o Projeto Fortalecendo o Corre como eles e elas o batizaram, desenvolveu suas ações na intenção e prática de fortalecer o empoderamento existente, a militância, a criatividade, o empreendedorismo pulsante no agir e existir desse grupo. Em 2018, o projeto proporcionou oficinas de formação, com as seguintes temáticas: juventudes e democracia, autocuidado, elaboração de projetos, masculinidades, feminilidades, territorialidades conceituais rumo a malungagens civilizatórias, quilombismo para se aquilombar, malungagem para prosseguir. Também foi lançado o Guia das Juventudes, produzido em 2017, em três eventos distintos, buscando visibilizar a discussão sobre Juventudes e Direito à Cidades. Encerrou suas atividades do ano com dois grandes eventos, a Imersão – Fortalecendo o Corre “Todo Corpo Periférico é um Quilombo Urbano” um evento de dois dias, com a participação de 40 pessoas em atividades culturais, rodas de conversa, oficinas e saraus, entre outras. O segundo evento foi o encontro realizado na Ocupação Cultural do Mercado Sul, Encontro sobre Bancos Comunitários e Território do Bem Viver, o evento teve a duração de dois dias tendo público de 30 a 23 pessoas respectivamente, com intuito de aproximar a juventude periférica da discussão sobre economia e economia solidária, fortalecer as redes de trocas já existentes no grupo.



*Projeto Juventude nas Cidades – Fortalecendo o corre*

#### **4.4 Mobcidades**

O Mobcidades é um projeto coordenado pelo Inesc e desenvolvido em parceria com a Rede Cidades, por territórios justos, democráticos e sustentáveis, em dez cidades, a saber: Brasília, Belo Horizonte, Ilhabela, Ilhéus, João Pessoa, Piracicaba, Recife, Rio de Janeiro, São Luís e São Paulo. Tem por objetivo o direito à cidade, pensando em uma política de mobilidade urbana que contribua para a redução de desigualdades, ao reduzir distâncias e catracas entre centro e periferia. Forma ativistas, incide no orçamento público para a política e dialoga sobre soluções para melhorar as condições de mobilidade de mulheres e pessoas LGBTQI+.

Em 2018, segundo ano do projeto, após a primeira formação em orçamento e direitos, o grupo participou de outras duas formações à distância: curso básico em orçamento e contrato e licitações.

Além disso, quatro movimentos receberam a formação presencial para aprofundar conhecimentos sobre orçamento da mobilidade. As demais seis cidades serão formadas em 2019. Ao longo de todo 2018 os dez movimentos

se envolveram em incidências no ciclo orçamentário e na política de mobilidade urbana. Em junho foi realizado um encontro nacional, em Brasília, com as 50 organizações envolvidas no projeto. Os objetivos do encontro foram os de refletir sobre o andamento do projeto, trocar experiências entre as cidades e acordar os próximos passos. São vários os resultados positivos obtidos: algumas cidades conseguiram inserir demandas tanto no PPA como na Lei Orçamentária Anual; em outras, as prefeituras incorporam demandas no Plano Diretor. Em Ilhéus, por exemplo, o movimento não tinha experiência com mobilidade e agora tem esta política como prioritária no acompanhamento. O processo de formação em orçamento temático iniciado em 2018 terá seguimento em 2019 e até final do ano todos os Orçamentos de Mobilidade Urbana, locais e Nacional, serão publicados.



*Encontro Nacional  
do Mobcidades em  
Brasília*



## **5. Objetivo Específico 5: Influenciar processos de governança global e de articulações regionais e internacionais que impactam políticas nacionais estratégicas**

Em 2018, o Inesc continuou atuando na agenda internacional na luta por negociações justas, participativas, transparentes e inclusivas. Tarefa difícil considerando os efeitos combinados da crise econômica, da onda conservadora que paira sobre as Nações Unidas e outros espaços multilaterais de negociação, onde o setor empresarial ganha, cada vez mais, poder e voz. Faz-se mister destacar que o Inesc é uma das poucas organizações brasileiras a manter e aprofundar a ação internacional; temos como estratégia atuar nos vários fóruns globais, tanto da sociedade civil quanto multilaterais, que organizam os processos e decisões mundiais. Neste sentido, atuamos no espaço das Nações Unidas – na agenda ODS e nas negociações de clima –, na OMC, no G20, nos Brics e no monitoramento das Instituições Financeiras Internacionais, além do Fórum Social Mundial, de redes regionais de justiça fiscal e da Rede Internacional de Aprendizagem do IBP.

Junto com outros, o Inesc foi proativo na denúncia em espaços internacionais das medidas do governo Temer e seus impactos no aumento da pobreza, das desigualdades e da injustiça social: fomos as Nações Unidas, ao FMI e Banco Mundial bem como fomos à Comissão de Direitos Humanos da OEA. O Inesc também participou dos debates da articulação de organizações brasileiras que monitoram a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esteve ainda presente em eventos relacionados às mudanças climáticas, representando a Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip) e o Grupo Carta de Belém (GCB). Junto com a Rebrip monitorou a atuação das Instituições Financeiras Multilaterais (IFI), os Brics e o recém-criado Novo Banco de Desenvolvimento (NBD). No campo da cooperação internacional para o desenvolvimento, o Inesc vem atuando por intermédio da Abong participando, entre outras atividades, de reuniões com o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (DAC, na sua sigla em inglês) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A relevância da atuação do Inesc no cenário internacional se expressa na eleição em setembro de Lara Pietricovsky, do Colegiado de Gestão, como presidenta do Forus – Fórum Internacional de Plataformas de ONG Nacionais (IFP/FIP) para a gestão 2018-2020. Lara Pietricovsky representa a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong).

### **Fórum Internacional de Plataformas de ONG Nacionais (FIP/Forus)<sup>10</sup>**

Forus, anteriormente conhecido como Fórum Internacional de Plataformas de ONG Nacionais (IFP/FIP), é uma rede global de Plataformas de ONGs Nacionais e Coalizões Regionais que fazem uma importante contribuição coletiva para o desenvolvimento, a paz, a democracia, a sustentabilidade e a justiça. Por meio da promoção da participação social, o Forus busca influenciar negociações locais e globais, contribuindo

<sup>10</sup> Para maiores informações, ver: <http://forus-international.org/pt>

para a construção de uma comunidade internacional mais unida. A meta é promover um mundo justo e sustentável, onde as populações mais vulneráveis tenham voz, os direitos humanos sejam respeitados e as desigualdades e injustiças sejam combatidas.

O Forus reúne 69 Plataformas de ONG nacionais e sete Coalizões regionais da África, América, Ásia, Europa e Pacífico, juntas representando mais de 22.000 organizações.

Em setembro de 2018, a Assembleia do Forus, realizada na cidade de Santiago do Chile, elegeu seus novos representantes para o Conselho Diretor e Comitê Executivo. Nesta ocasião, a representante do Inesc/Abong, Iara Pietricovsky, foi eleita a Presidente para o biênio 2019 e 2020. Estiveram representadas 67 Plataformas nacionais das 69 e todas as Coalizões regionais.



*Novos representantes para o Conselho Diretor e Comitê Executivo do Forus*

## 5.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

O Inesc participa do monitoramento dos ODS por intermédio de diversos atores coletivos. Em âmbito nacional integra o Grupo de Trabalho da Agenda 2030 da Sociedade Civil que, em 2018, elaborou e lançou o Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável<sup>11</sup> para o Brasil. O Inesc contribuiu com a redação dos ODS 4 (Educação), 10 (Desigualdades) e 11 (Cidades). Em âmbito internacional, o Instituto colaborou com o relatório da rede *Social Watch*<sup>12</sup>, da qual é membro desde a sua criação em 1995. Como representante da Diretoria Executiva da Abong, o Inesc faz parte do Fórum Internacional de Plataformas de ONGs (FIP/Forus) que tem nos ODS um de seus focos principais de atuação. Além disso, o Inesc participou em julho, em Nova York, do *High Level Political Forum*, instância máxima das Nações Unidas de monitoramento da Agenda 2030.

As posições do Inesc permanecem críticas à implementação dos ODS, especialmente no Brasil, onde as medidas de austeridade, de flexibilização dos direitos trabalhistas e de privatização dos serviços públicos comprometem seriamente o alcance dos mesmos.

<sup>11</sup> A esse respeito, acessar a página: [https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2018/07/relatorio-sicc8Intese\\_final\\_download.pdf](https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2018/07/relatorio-sicc8Intese_final_download.pdf)

<sup>12</sup> A esse respeito acessar a página: <http://www.socialwatch.org/node/18072>

## **5.2 Negociações de clima (COP)**

Como parte do acompanhamento da agenda do desenvolvimento sustentável o Inesc participa do debate sobre Mudança Climática desde o início dos anos de 1990. Para tal o instituto tem estado presente em todas as Conferências das Partes para Mudança Climática (COP) nos últimos 17 anos. Essa atividade ocorre tanto por iniciativa e prioridade institucional como representando a Rebrip e o Grupo Carta de Belém, ambas articulações compostas por ONG nacionais e locais, por sindicatos de trabalhadores e por movimentos sociais do campo e da cidade. O Inesc tem sido chamado por estas articulações para ser um dos porta-vozes de suas posições nas COP ou em seminários e reuniões com governos. Em 2018, o Inesc participou da reunião preparatória, em Bonn, Alemanha, e depois na oficial, COP 24, em Katowice, Polônia, assim como em reuniões da Rebrip e do Grupo Carta de Belém sobre o tema.

As análises do Inesc são bastante pessimistas, especialmente considerando a atual posição do Brasil. O país não somente desistiu de sediar a COP 25, como decidiu se alinhar aos Estados Unidos no desprezo à essa agenda. Contudo, em sintonia com o Grupo Carta de Belém, o Inesc continua na defesa de uma visão calcada no conhecimento científico, no fortalecimento da democracia, da diversidade e dos direitos humanos e na mudança do modelo produtivo para enfrentar as consequências de uma destruição que se avizinha.

## **5.3 Instituições Financeiras Internacionais (Banco Mundial, FMI e NBD)**

Dando seguimento ao monitoramento da atuação das Instituições Financeiras Internacionais (IFI), o Inesc representou a Rebrip no encontro de Primavera do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, em Washington-DC, nos Estados Unidos, em abril. Nossa participação centrou-se na denuncia dos efeitos da austeridade fiscal na violação de direitos humanos, tendo o Brasil como exemplo.

No que se refere ao Novo Banco de Desenvolvimento (NBD/Brics) o Inesc tem sido bastante ativo tanto representando a Rebrip como participando de outras redes sobre o tema, a saber, o GT Brics da Coalizão Direitos Humanos no Desenvolvimento e o *Brics Feminist Watch*. Em 2018, além de produzir informações e participar de encontros sobre o tema, ajudamos a organizar o II Encontro do NBD com a sociedade civil, em Shangai, China, em novembro. Apesar do Banco aparentar certa abertura ao diálogo com ONG e movimentos sociais, até agora não acatou qualquer sugestão das que estamos encaminhando há mais de três anos. De modo a dar mais substância a nossas demandas, resolvemos investir no monitoramento dos projetos nos países. Organizações da Índia deram início a esse processo, acompanhando a implementação de um projeto de estrada com recursos do NBD.

O NBD é uma institucionalidade de nova geração que merece atenção especial. Ainda que, ao que tudo indica, esteja reproduzindo mazelas semelhantes as das IFI tradicionais. O Banco apresenta características que o destacam, tais como: ser um banco de países do Sul, funcionar com uma lógica um país/um voto, ter um discurso de promoção da sustentabilidade, praticar o diálogo com a sociedade civil. Em 2019, o Brasil deverá abrir o escritório regional do Banco. Além disso, o país sediará a Cúpula dos Brics, momento adequado para discutir os rumos do Banco

## 5.4 Justiça Fiscal

O Inesc é um dos *stewards* do *Global Initiative for Financial Transparency* (GIFT) e nessa condição participou de reunião em Portugal, em outubro, para aprofundar o tema da participação social na elaboração, implementação e monitoramento do orçamento público.



*Reunião do Global Initiative for Financial Transparency (GIFT), em Portugal*

Outra importante iniciativa tem a ver com a construção de metodologias internacionais que avaliam o orçamento público levando em conta as dimensões de gênero e raça. O Inesc se fez presente em encontro em Nairóbi promovido pelo IBP sobre o tema. O instituto foi a organização que propôs dois anos atrás este projeto. O processo começou em parceria como os indianos da Campanha Nacional dos Direitos Humanos dos Dalits (NCDHR, na sua sigla em inglês) quando foi escrito um primeiro documento a respeito. Seguiu-se uma reunião no México e, finalmente, o workshop em Nairóbi para aprofundar a discussão. Participaram oito países (Brasil, US, Índia, Indonésia, África do Sul, Argentina, Guatemala e Quênia) debatendo estudos de caso e discriminação tanto no lado das receitas como nas despesas. Em breve deverá ser elaborada primeira versão de um instrumento de análise do orçamento na perspectiva da promoção da igualdade e da equidade.

Merece menção a participação do Inesc numa iniciativa para América Latina e Caribe que irá elaborar Princípios e Diretrizes para uma Política Fiscal baseada em direitos humanos. Tal iniciativa, que reúne relevantes organizações da região (Cesr, Acij, Cels, DeJusticia, Inesc, Fundar e RJFALC), deverá apresentar a proposta à CIDH/OEA até 2020.

Além disso, o Inesc com outros, especialmente a Coalizão Anti-austeridade, contribuiu para produzir documentos de denúncias dos efeitos danosos da austeridade nos direitos humanos no Brasil, com destaque para a Emenda Constitucional Nº 95, que criou um teto para as despesas primárias. Tais denúncias foram apresentadas no Encontro de Primavera do FMI e Banco Mundial (abril, Washington, Estados Unidos) bem como nas Comissões de Direitos Humanos das Nações Unidas (outubro, Nova York, Estados Unidos) e da OEA (maio, República Dominicana). Note-se que materiais produzidos pelo Inesc sobre política fiscal, austeridade e direitos humanos foram citados em documentos de relatores da ONU: i) Relatório do Relator Especial para Extrema Pobreza e Direitos Humanos, Philip Alston (<https://bit.ly/2EvLfSa>); ii) Pronunciamento conjunto dos relatores especiais, em educação, direito à alimentação, dívida externa, moradia, extrema pobreza, água potável e saneamento, não discriminação contra mulheres e direitos humanos, destinado ao governo brasileiro sobre os efeitos negativos das medidas de austeridade adotadas e seus efeitos nos diversos direitos humanos, com destaque para a EC 95 (<https://bit.ly/2SrE809>).

O Instituto também apresentou contribuições ao mandato do Especialista Independente da ONU em dívida externa, finanças públicas e direitos humanos, Juan Pablo Bohalovsky, para a elaboração do instrumento de avaliação dos direitos humanos em cenários de consolidação fiscal a pedido da Comissão de Direitos Humanos da ONU.

Por fim, o Inesc participou de um exercício relevante de reflexão promovido pelo IBP sobre avanços e desafios na área de transparência e accountability fiscal. Foram dois encontros, que reuniram ONG, acadêmicos e doadores para avaliar o que vem sendo feito nos últimos 20 anos e para onde e como deve-se caminhar nas próximas duas décadas, considerando as conjunturas internacionais de crescimento de movimentos conservadores, de aumento da corrupção e da evasão fiscal, e de criminalização de organizações e movimentos sociais. A proposta do projeto, intitulado Fiscal Futures, é a de continuar produzindo e disseminando reflexões para alimentar as organizações que trabalham com esse tema<sup>13</sup>.

## **5.5 Fórum Social Mundial**

A 16ª edição do Fórum Social Mundial aconteceu na Bahia, de 13 a 17 de março. O Inesc, que participa desde o primeiro FSM, realizado em 2001, em Porto Alegre, se fez presente em diversos debates como direito a cidade, justiça fiscal, saúde, cooperação e desenvolvimento, segurança alimentar e democracia, entre outros. O Fórum foi impactado pela trágica morte da vereadora Marielle Franco. Foi organizada uma marcha em protesto do violento assassinato.

Em âmbito internacional, apesar de avanços alcançados em algumas áreas, o sentimento geral é de que as negociações resultam no esvaziamento das agendas de clima, de comércio, de direitos humanos, de sustentabilidade, de transparência e na privatização dos bens comuns. As propostas acordadas em nada alteram o atual modelo de produção e de consumo, impedindo efetivos progressos na conquista da justiça socioambiental e na diminuição do aquecimento global. O crescente poder do setor empresarial nas Nações Unidas, especialmente devido à queda de aportes de recursos dos estados que vem sendo compensada por verbas privadas, tem dado voz aos interesses privatizantes.

---

<sup>13</sup> A esse respeito, ver: <https://www.internationalbudget.org/fiscalfutures/>

## 6. Objetivo Específico 6: Inovar a comunicação para fortalecer a identidade institucional, a capacidade de incidência e ampliar o alcance na sociedade

### 6.1 Nova identidade, novo site

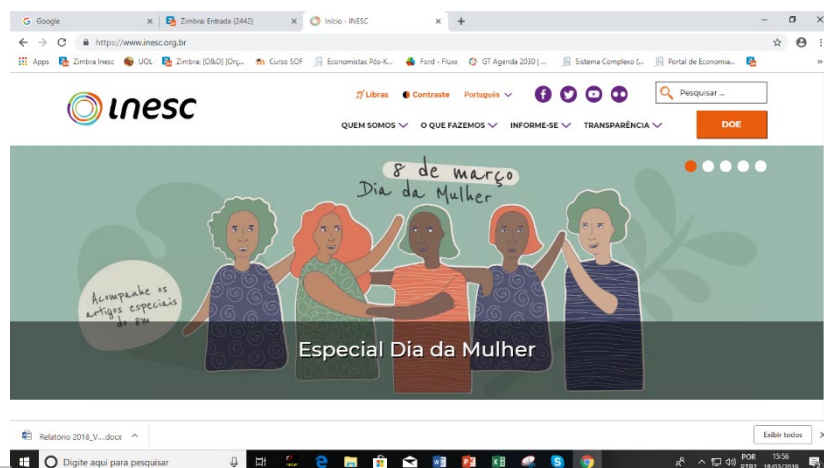


Nova logo  
do Inesc

Após avaliação inicial do que era produzido pelo Inesc e das ferramentas de comunicação disponíveis, identificamos que tanto a identidade visual como o site não dialogavam com o público-alvo estabelecido como prioritário no nosso Plano de Comunicação. Associar a marca do Inesc com o Congresso Nacional e as cores da bandeira, que tempos atrás soava positivo, na atual conjuntura política não interage mais com o jovem universitário, sensível aos temas sociais e de direitos humanos. Além disso, o site era engessado e não disponibilizava recursos tecnológicos para viabilizar mecanismos de captação de recursos com indivíduos.

Para construir essa nova identidade visual, foi preciso um longo processo de conversas internas para chegarmos a um consenso sobre qual a mensagem principal que o Inesc gostaria de passar para a sociedade. Esse percurso durou cerca de um ano e envolveu debates, estudos, oficinas, sessões de brainstorming e entrevistas.

Novo portal  
Do Inesc



Em 2018, foi feito um processo seletivo de contratação de uma empresa responsável por fazer uma nova identidade visual e um novo site para o Inesc de acordo com os resultados obtidos na etapa anterior. Essa nova identidade dialoga mais com a juventude e o mundo digital, além de facilitar a captação de recursos junto a pessoas físicas. A Mica Design & Cultura foi a agência escolhida para readequar nosso site e modernizar nossa marca, em consonância com o briefing preparado pela Comunicação do Inesc. A nova identidade visual tem o objetivo de ajudar a instituição a se conectar ainda

mais com um público jovem, capaz de mobilizar e atuar politicamente dentro das novas linguagens das redes e das ruas.

Em dezembro organizamos uma campanha de lançamento do site. Para tal, fizemos um vídeo de apresentação que pode ser visualizado na seguinte página:

<https://www.inesc.org.br/uma-nova-marca-a-mesma-luta-por-direitos/>

Para agilizar as tomadas de decisão, criamos um Grupo de Trabalho Comunicação (na nossa intranet e no WhatsApp) que é integrado por 1 membro do Colegiado de Gestão, pela Coordenação da Assessoria, pela Assistente de Direção, por 1 Assessora com sensibilidade para a área de comunicação e pela equipe de comunicação. A iniciativa se revelou bem-sucedida, pois possibilitou debater, decidir e encaminhar questões relevantes de forma tempestiva.

No que se refere à nossa presença nas mídias sociais, nossa performance no Facebook melhorou, como pode ser observado na Tabela 4. O número de fãs segue aumentando a uma taxa acima de 10%. Apesar de termos feito menos postagens em 2018 e a despeito de o Facebook estar diminuindo a cada ano o alcance de postagens por páginas, o alcance total da página do Inesc subiu e o engajamento é considerado ótimo (o Facebook considera bom acima de 1%). Acreditamos que o aumento se deve a dois fatores: um investimento maior em postagens patrocinadas e a contratação de uma estagiária de design, que melhorou bastante a qualidade gráfica das peças postadas. A tendência dessa rede é diminuir o alcance para forçar empresas e organizações a investirem mais dinheiro. A cada mudança no algoritmo, o alcance cai drasticamente.

Já o Twitter é uma rede mais dinâmica, que exige um acompanhamento contínuo. O Inesc ainda não investe dinheiro em postagens patrocinadas nessa plataforma. Com isso, o número de impressões dos tweets caiu, apesar do aumento no número de seguidores. Há uma expectativa de que a quantidade de usuários dessa rede aumente em 2019, devido a intensa atividade do perfil do presidente Jair Bolsonaro. Para os próximos anos, o Inesc pretende estar mais presente nessa rede.

Com uma produção menor de vídeos em 2018 e com a necessidade de repostar os vídeos no Facebook para que a rede os exiba melhor, as visualizações no nosso youtube diminuíram.

Em relação aos e-mails enviados, observamos um crescimento na taxa de abertura dos mesmos. Utilizamos a plataforma Mailchimp para disparo desses e-mails. O dispositivo fornece uma taxa média de abertura de 19,65% para organizações sem fins lucrativos. Em 2018, nossa taxa ficou, portanto, acima da média (21,6%). Observamos que essa melhora aconteceu devido ao abaixo assinado da Campanha #SóAcreditoVendo, que nos auxiliou a formar uma base qualificada de pessoas que optam por receber nossos e-mails. Por outro lado, existe uma base com mais de 3 mil e-mails, formada ao longo de anos de atuação do Inesc, que tende a puxar nossa média para baixo, pois não foram pessoas que escolheram receber nossas mensagens. Para 2019, estamos estudando maneiras de qualificar melhor nosso cadastro.

**Tabela 4 – Inesc: presença nas mídias sociais, 2017 e 2018**

Meio	2017	2018	Varição
<b>Site</b> (acessos médios por dia)	1.252	1.065	-15%
<b>Facebook</b>			
Fãs	19.556	22.069	+13%
Alcance total	1.783.847	1.813.972	+2%
Engajamento (% de curtidas+comentários+compartilhamentos dividido pelo alcance total)	4%	5%	25%
<b>YouTube</b> (visualizações)	37.187	32.645	-12%
<b>Twitter</b> (seguidores)	1.748	2.235	+28%
<b>Twitter</b> (impressões)	587.400	329.000	-44%
<b>E-mail</b> (Nº de pessoas que recebem o mailing do Inesc)	6.434	7.271	+13%
<b>E-mail</b> (taxa de abertura média dos e-mails que enviamos)	19,2%	21,6%	+2,4%

Fonte: PMAS do Inesc.  
Elaboração própria.

## 6.2 Aprendendo a captar recursos junto à indivíduos

Nesse último ano a captação de recursos junto à indivíduos foi afetada pela concentração dos esforços na revisão da identidade visual e do site. De todo modo, o Inesc realizou ações de aproximação de pessoas, com envios periódicos de boletins por e-mail, ações patrocinadas nas redes sociais pedindo doação, o que não havia sido feito anteriormente. Por fim, no segundo semestre de 2018, realizamos uma campanha pela transparência dos gastos tributários com captação de leads e pedidos diretos de doação para o mailing do Inesc e pessoas que assinaram o Manifesto da campanha. Foi a primeira campanha institucional que, dentre os objetivos, visava captar leads e doações individuais. Conseguimos 9 novos doadores, aumentando nosso número total pra 14 (entre únicos e recorrentes). Apesar de ser um número pequeno, a tendência tem sido de elevação, o que é positivo considerando os poucos recursos disponíveis.

No novo site existe espaço específico para doação, o que tende a facilitar ainda mais a captar doadores.



## **7. Objetivo Específico 7: Inovar estratégias e metodologias, aperfeiçoar a gestão institucional e a captação de recursos**

### **7.1 Uma estratégia de captação de recursos institucional diversificada**

A estratégia de sustentabilidade financeira do Inesc é, em geral, bastante consolidada. Do ponto de vista da captação institucional, o Inesc tem uma razoável carteira de organizações que apoiam a instituição. Em 2018, foram 17 organizações entre fundações e institutos nacionais e internacionais, agências da cooperação solidária internacional, União Europeia e recursos governamentais.

### **7.2 PMAS em fase de consolidação**

Nesta área também avançamos. Construímos um sistema virtual de monitoramento dos resultados (*Google Form*), que pode ser preenchido a distância pelos integrantes da equipe. Graças a ele pudemos dimensionar nosso alcance direto, pouco mais de 32 mil pessoas em 2018. No planejamento de meio do ano, analisamos os indicadores em estado de alerta e desenhamos estratégias para alcançar as metas. Contudo, o PMAS precisa ser aprimorado no sentido de automatizar os indicadores e o alcance das metas, que continuam sendo fortemente manuais e artesanais. Mas, sua construção de forma participativa e sua utilização pela equipe técnica do Inesc contribuíram para criar a cultura de prestação de contas. Além disso, participamos de uma formação de atuação orientada a resultados promovida pela KNH (3 dias), uma agência alemã que apoia o Inesc há mais de 10 anos.

No que se refere aos fatos e fatores que podem ameaçar a atuação do Inesc, no final de 2018, no nosso planejamento, fizemos uma reflexão com toda a equipe sobre os impactos da conjuntura política, isto é, o crescimento da onda conservadora e intolerante acompanhada da criminalização dos movimentos sociais, processos reforçados pelo recém-eleito governo Bolsonaro. Avaliamos que deveríamos tomar medidas de segurança nas áreas institucional, digital e pessoal. Para tal, retiramos do site nomes e fotos tanto da equipe, quanto do Conselho Diretor bem como dos beneficiados pelas ações do Inesc. Também retiramos o endereço da instituição e reforçamos os mecanismos de segurança física do Inesc: a porta da entrada foi reforçada e instalamos câmeras. Quanto à segurança digital, decidimos adotar uma política de senhas e maior proteção dos nossos dados. Também fomos a procura de apoios dos nossos doadores para nos ajudar a aperfeiçoar nossas políticas e métodos de segurança. A implementação dessas medidas foi informada aos nossos apoiadores, pois terá impacto na transparência institucional. Mas avaliamos que, neste momento, nossa segurança é mais importante.

### **7.3 Modernizando a área administrativo-financeira**

Seguindo recomendação da avaliação externa realizada em 2016, o Inesc informatizou seus procedimentos financeiros, contábeis e patrimoniais. Mudamos de banco, pois os processos do Banco do Brasil eram morosos e pouco eficientes, especialmente para as operações de câmbio. Agora no Banco Itaú, a maioria dos pagamentos está sendo realizada on line.

#### **7.4 Contribuindo para a formação da equipe**

Em 2018 continuamos apostando na formação da equipe: além de apoiar financeiramente um curso de graduação para pessoas da equipe administrativa e a participação em cursos de idiomas de vários integrantes da equipe, estimulamos processos de aprendizagens em diversas áreas, tais como, PMAS, MROSC, participação social e liderança.

#### **7.5 Buscando inovar**

Com o intuito de sermos capazes de enfrentar os novos tempos e de estabelecer diálogos com novos sujeitos, estamos investindo energias em espaços de inovação, em atividades que nos permitam adquirir novas capacidades e habilidades institucionais. Assim, em 2018 realizamos duas ações inovadoras. Uma delas foi a utilização de etnografias em projetos do Inesc. A etnografia, ferramenta de pesquisa oriunda da antropologia, parte da experiência vivida pelo pesquisador em campo e dos relatos que daí emergem para produzir dados. Ao contrário dos indicadores quantitativos, que buscam revelar um quadro geral por meio de técnicas estatísticas, o ponto forte da etnografia é justamente produzir análises por meio das interações interpessoais e intersubjetivas, desvelando nuances e multiplicidades que escapam dos olhares de cima. Utilizar essa ferramenta para as pesquisas do Mapa das Desigualdades realizadas na periferia do Distrito Federal, antes elaborado principalmente com base em indicadores quantitativos, trouxe para as nossas análises novas dimensões e potencialidades de ação política. Pudemos, além de constatar a ausência de políticas públicas que os números revelavam, também entrar em contato com as histórias de resistência ativa, os dilemas e as soluções inventadas por pessoas que muitas vezes se tornam invisíveis nas análises quantitativas. Trazer a experiência de quem vivencia as desigualdades para o primeiro plano da análise é especialmente frutífero para organizações como o Inesc, pois é a partir das pessoas que poderemos construir alternativas e soluções para os problemas que denunciemos. Além disso, apostando na ideia de etnografia popular, construímos a pesquisa coletivamente, tendo sido o trabalho de campo e os registros etnográficos realizados por moradores da cidade e as análises finais produzidas em oficinas colaborativas. Desta forma, inovamos ao cruzar os dados quantitativos com os quais o Inesc está habituado a trabalhar com as narrativas oriundas dos moradores da cidade, construindo uma forma de denunciar e lutar contra as desigualdades nas quais as pessoas que dela padecem não sejam vistas como vítimas, mas como possíveis agentes transformadoras dessa realidade.

Uma segunda ação inovadora foi a incidência junto ao International Budget Partnership (IBP) para a utilização de metodologia que evidencie a discriminação institucional. Urge desenvolver e implementar métodos que possibilitem mostrar como populações, povos e comunidades são excluídos das políticas públicas e, portanto, do orçamento, porque são negros ou dalits, por exemplo. O Inesc, em parceria com organização da Índia, vem desenvolvendo metodologia que analisa o orçamento público na perspectiva da discriminação racial ou de castas. A proposta é expandir a metodologia para outros países.

## Desafios para 2019

O ano de 2018 não foi fácil e o de 2019 se anuncia mais difícil ainda, não somente pela agenda anti-direitos do Presidente Bolsonaro, mas, também, pela insegurança política decorrente de uma gestão sem rumos. Para alguns, as declarações bombásticas do Chefe do Executivo, de seus filhos e de ministros, como, por exemplo, o elogio de Jair Bolsonaro ao ditador deposto do Paraguai, Alfredo Stroessner, conhecido por ser torturador ou a avaliação de que os migrantes ilegais no exterior são uma ‘vergonha’ para o Brasil, são formas de desviar a atenção para que as duras agendas econômicas possam ser implementadas sem maiores problemas. Para outros, trata-se de incapacidade para exercer o cargo. A condução do país sem liderança associada a crescentes rumores do envolvimento da família Bolsonaro com as milícias do Rio de Janeiro e a uma economia que não retoma estão resultando na vertiginosa queda da popularidade presidencial nas primeiras semanas de governo.

Aos poucos, os militares vão se espraiando pela Esplanada: oito ministros militares e mais de cem militares entre os 2º e 3º escalões do poder federal. Nem na ditadura isso aconteceu. Alguns analistas avaliam que estão se preparando para chegar ao poder pela via democrática.

O Congresso Nacional, por seu turno, é dirigido por dois integrantes do DEM, apesar de o partido não ter as maiores bancadas nem na Câmara, nem no Senado. Esse resultado tem diversas origens como a habilidade para negociar tanto de Rodrigo Maia (Câmara) quanto de Davi Alcolumbre (Senado), a grande capacidade de articulação do Ministro-Chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, associadas ao desgaste do MDB e à desidratação do PSDB e a uma desarticulação das esquerdas. O protagonismo do DEM na política nacional deverá garantir a votação de importantes agendas para o governo, como a reforma da previdência e as privatizações. Contudo, essas aprovações têm custo e começou em Brasília o troca-troca de votos por favores e cargos, revelando que a velha política, clientelista, está firme e forte.

O cenário internacional também não ajuda. O predomínio de interesses privatizantes e xenófobos em detrimento dos públicos e solidários associados a conflitos sangrentos, especialmente na África e no Oriente Médio, e ao aumento de eventos climáticos extremos dificultam qualquer avanço no alargamento de processos democráticos e na progressiva realização dos direitos humanos. Prova disso são os mais de 68 milhões de pessoas deslocadas no mundo por violências, guerras e conflitos<sup>14</sup> – esse número não para de crescer – e o aumento da desigualdade. Segundo a Oxfam, a fortuna dos bilionários cresceu U\$ 2,5 bilhões por dia em 2018 e a dos mais pobres caiu. E mais: os 26 mais ricos do mundo tinham o mesmo patrimônio líquido do que a metade mais pobre da população global – 3,8 bilhões de pessoas<sup>15</sup>.

Apesar dessas dificuldades, não iremos esmorecer. O nosso esforço será o de denunciar, resistir e propor. Iremos, junto com outros, monitorar os gastos públicos e avaliar os impactos das medidas de austeridade nos direitos humanos, em âmbitos local e federal. Também trataremos de acompanhar as consequências das mudanças implementadas nas políticas públicas (i.e. desmonte de instituições, privatizações de serviços e bens públicos,

---

<sup>14</sup> Para maiores informações, veja o site da Acnur:

<https://nacoesunidas.org/acnur-numero-de-pessoas-deslocadas-chega-a-685-milhoes-em-2017/>

<sup>15</sup> Para maiores informações, veja o Relatório da Oxfam: “Public good or private wealth”

<https://www.oxfam.org/en/research/public-good-or-private-wealth>

mudanças nas regras do jogo por meio de decretos, projetos de lei e emendas constitucionais) no aumento da pobreza e das desigualdades. Iremos pautar esses temas nos espaços regionais e globais nos quais estamos presentes. Será ainda nosso papel atuar mais intensivamente na reforma do sistema político, mais do que nunca necessária diante da crise da nossa democracia. Apresentaremos propostas concretas para a democratização do poder judiciário e dos meios de comunicação, sem a qual não há verdadeira reforma do sistema político. Iremos ainda dar continuidade às nossas atividades de formação em Orçamento e Direitos voltadas para crianças, adolescentes, jovens e ativistas, de modo que possam fortalecer suas demandas e estratégias de incidência junto ao poder público. Essa maior atuação em âmbito local, na formação orçamentária nos temas estratégicos do Inesc, nos possibilitará estar mais perto das pessoas e construir conjuntamente uma miríade de propostas que, esperamos, irão contribuir para dificultar o avassalador avanço das forças destruidoras de direitos e de políticas públicas que estão em marcha no país.

Daremos continuidade a nossa atuação nos espaços internacionais de negociação, buscando resgatar a agenda de direitos bem como fortalecer os poderes públicos. Incidiremos junto com outros para que os acordos de clima e de comércio não descambem de vez para a defesa dos interesses do capital e dos poderosos. Buscaremos influir na implementação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), iniciativa dos Brics, para que se diferencie das velhas instituições financeiras multilaterais, que continuam apoiando projetos e iniciativas que violam direitos, territórios e povos. Iremos, ainda, monitorar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tanto internacionalmente como nacionalmente, verificando em que medida promovem, ou não, a inclusão socioambiental. Faz parte da nossa agenda lutar por um sistema tributário mais justo e para tal uma das nossas bandeiras é o fim dos fluxos ilícitos e dos paraísos fiscais. Também denunciaremos junto aos órgãos regionais e globais de direitos humanos (CIDH/OEA e CDH/ONU) os impactos das medidas do governo golpista na piora das condições de vida da população brasileira.

Um dos nossos grandes desafios é o da comunicação: ganhar escala e envolver outros atores nas nossas lutas. Para tal, faz-se necessário nos apropriarmos das tecnologias da comunicação e da informação existentes e trazê-las para nossas causas. Por exemplo, juntar ativistas e pesquisadores, desenvolvedores, designers, matemáticos e estatísticos, entre outros, e por meio de hackathons e jamborees, construir nossas redes sociais, desenhadas e geridas por nós, a partir dos nossos valores. Criar amplos fóruns virtuais de deliberação pública sobre justiça fiscal.

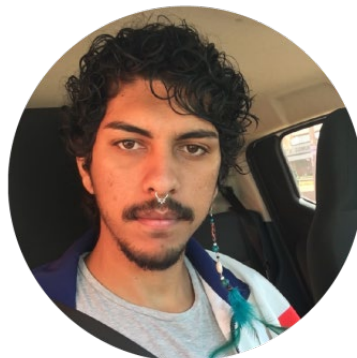
Movido pela indignação e o não conformismo, o Inesc, com outros, continuará trabalhando para promover mudanças estruturais que resultem numa sociedade socioambientalmente justa, participativa e inclusiva. Participaremos ativamente de iniciativas que defendem outro mundo, do nacional ao global. Também lutaremos para construir uma Frente Ampla da Democracia que vá além do campo da esquerda. A tarefa não será fácil em 2019, mas a causa demanda o firme enfrentamento dos desafios postos.

## Anexo 1 – Histórias de vida

Apresentamos aqui depoimentos de pessoas que participaram de projetos de Inesc:

### **A história do Lucas Miguel: “A Estrutural faz parte de mim, de quem sou”**

*O primeiro da família a entrar na universidade. Conheça a história de Lucas Miguel, filho da cidade Estrutural*



Quem eu sou? Sou um filho da Estrutural. me chamo Lucas Miguel Salomão Meireles, ou Miguel Haaran, tenho 22 anos, estudo arquitetura e Urbanismo na Universidade de Brasília.

A Estrutural faz parte de mim, de quem sou. Eu costumo dizer que os deuses nunca plantariam uma semente num terreno que não pudesse florescer. Aqui tenho crescido e continuo crescendo.

Sou o primeiro da minha família a entrar para a universidade e isso é muito significativo. Estou estudando, florescendo e ajudando a florescer todos os que vieram antes de mim: meus avós, meus bisavós, meus pais e também os que virão depois de mim.

Conheci o Inesc quando estava na escola. Eu nunca tinha percebido o quão legal e estimulante podia ser discutir sobre meus direitos e sobre orçamento público. A partir de projetos como o Onda e o OCA, pude ir despertando em mim uma consciência de que eu sou um sujeito de direitos, tenho voz, tenho opinião e posso, sim, problematizar os aspectos da nossa sociedade, inclusive o papel e atuação de ONGs nas periferias.

Hoje sou ativista pela causa LGBTI, ator, artista Drag e estagiário num projeto de Mobilidade Urbana no Inesc. Sou consciente do meu poder enquanto homem gay, afeminado e periférico! Nessa fase da minha vida, sigo aprendendo que a gente nunca sabe de tudo, e que todas as pessoas e movimentos têm algo a nos ensinar. Então, estou aproveitando ao máximo a minha experiência de estágio no Inesc, me aprofundando em desbravar o orçamento público, os direitos sociais e outras pautas que com certeza fazem e farão parte da minha formação como ser humano.

*Lucas Miguel, estagiário do projeto MobCidades, do Inesc*

### **A história da Louise: “Minhas experiências e o contato com o Inesc me levaram a produzir uma arte mais profunda e engajada”**

*Louise Lucena, pesquisadora e bailarina, já participou dos projetos do Inesc Hub das pretas e Projeto ONDA.*



O prazer de fazer aquilo que se ama não tem preço. Escolhi minha profissão diante daquilo que gosto de fazer por entender que faria a vida toda. E quanto mais me aprofundo dentro da reflexão, conhecimento e produção artística, mais me encanto por essa área. A arte é multifacetada e transdisciplinar. Ela está em todo lugar e pode ser tudo, sem ser qualquer coisa. A liberdade que ela proporciona e as possibilidades de ser e estar no mundo me fascinam.

Meu nome é Louise Lucena, tenho 35 anos e sou bailarina dentro das danças urbanas. Sou formada em Educação Física pela Unb, curso licenciatura em dança no Instituto Federal de Brasília, faço uma pós graduação oferecida pelo Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, sou bailarina do grupo Ceda-si e integrante do grupo de pesquisa em Interculturalidades Afroameríndias. Tenho vários títulos nacionais e internacionais, viajei o mundo através do *hip hop*, desenvolvi diversos trabalhos de sucesso dentro da educação e da arte, mas paguei um preço alto por conta do machismo, racismo e preconceito que vivi.

Por ser mulher e negra, constantemente fui objetificada e vista como inferior. Lá fora isso ganha um peso ainda maior por ser brasileira. Sempre lutei contra isso, mas tem horas que o uso da força é insuficiente. O Inesc me ajudou a aprofundar minha pesquisa e busca pelo autoconhecimento, reflexão sociocultural e política. Isso me trouxe mais preparo para continuar em minha trajetória profissional e de vida, pois, para o artista, a arte e a vida se confundem e misturam.

Conheci o Inesc através do projeto Hub das Pretas no final de 2016. Foi uma experiência muito importante para mim. A partir dele, tive acesso à pretitude brasiliense e brasileira, o que me possibilitou conectar com minha ancestralidade, me reconhecer socialmente e dentre os meus, além de tomar maior consciência sobre o racismo e o preconceito a partir da experiência reflexiva. O projeto, junto com meu histórico profissional e minhas vivências, mudou minha trajetória dentro das artes. Me levou a produzir uma arte mais profunda, engajada politicamente e a militar dentro do meu ambiente profissional, acadêmico e pessoal, sobre a questão da mulher negra e questões relacionadas a sexualidade dentro da nossa sociedade.

Por conta disso, meus últimos trabalhos profissionais dentro do campo da educação têm se voltado para uma área mais social. O projeto acabou no final de 2017 e, em seguida, fui convidada a fazer parte de outro projeto, o Onda, que trabalha com jovens e adolescentes cumprindo medida socioeducativa de privação de liberdade. Esse projeto teve duração de quase quatro meses e foi uma experiência muito rica, pois possibilitou colocar em prática meus conhecimentos adquiridos tanto no Hub das pretas, quanto nos meus estudos de graduação e pós graduação.

A principal mudança que essas experiências me proporcionaram foi conseguir enegrecer conscientemente. Entender e tomar para mim a autonomia das minhas escolhas e da minha vida. As sequelas do racismo dentro desse sistema moderno capitalista, dentro da cultura brasileira, que vive uma colonização moderna e possui uma estrutura social baseada no preconceito, reverbera em toda população brasileira, nas estruturas sociais, políticas, econômicas, culturais e educacionais. Participar dos projetos do Inesc me ajudou a ter mais acesso ao conhecimento e informação que já pesquisava há um tempo, a ter mais contato com a tradição viva, vivenciar a forma como se produz e transmite conhecimento a partir de uma visão afrocentrada.

A experiência como se vive e produz a resiliência e resistência a partir das mulheres negras com todos os seus recortes e linhas abissais me fez refletir e

ter o desejo mais forte pela militância através da educação e da cultura. Entender sua importância dentro do processo de construção e desenvolvimento social.

Eu desejo, acima de tudo, um mundo melhor para todos. Com mais equidade, respeito e escuta para que possamos começar a dialogar. E acredito que a arte e a educação transformam a vida das pessoas. A arte é múltipla. Pode servir para contemplação e bem-estar, nos tira da zona de conforto e nos incomoda, nos faz refletir, agir e sentir muitas outras coisas além do prazer. Ela pode ser um hobby, trabalho, terapia, meio de comunicação, educação, experiência, enfim, muitas coisas. Minha forma de trabalhar com a arte é através do meu corpo, geralmente a partir da dança.

No âmbito pessoal, espero passar pela vida com a cabeça boa, serena e com paz de espírito. Quero ter uma velhice saudável, sem preocupação financeira e independente. Até aqui tive uma trajetória de muita luta com muitas conquistas e algumas derrotas. Tudo que escolhi fazer, consegui realizar com determinação.

Para mim, a minha vida não tem preço. É incomensurável, assim como a arte e a educação, inerentes a minha existência e viver.

**A história da Helena:  
“Acolhi e fui acolhida por outras  
mulheres negras que me mostraram que  
o afeto entre nós é muito importante”**

*Helena Rosa, estagiária do Inesc no  
projeto Hub das Pretas*



Venho de uma família de muitas mulheres negras professoras que me ensinaram que educar é um ato político. Esse foi o motivo que me levou a estudar Pedagogia. Sou Helena Rosa, tenho 26 anos, carioca estudante na Universidade de Brasília.

Desde criança fui educada pelos meus pais a enfrentar o racismo. Tinha consciência de que sou negra, mas meu despertar político aconteceu mesmo na universidade. Comecei com as pesquisas e leituras individuais, me matriculando em disciplinas com temática étnico-racial e participando de rodas de conversa voltadas para estudantes negras e negros. No entanto, ao me colocar nesses espaços de militância universitária percebi que meu próprio curso não tinha um currículo que contemplasse o ensino para uma educação antirracista. Foi neste momento que surgiu o Semeando Ubuntu: comunidade negra para estudos das Relações Étnico-Raciais, Gênero e Sexualidade, a partir de perspectivas negras do pensamento na aplicação da [Lei 10.639/03](#), que estabelece a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da Rede de Ensino brasileira.

Foi por meio deste coletivo criado por mim e outras colegas de curso que conheci o projeto “Mulheres Jovens Negras Fortalecidas na Luta contra o Racismo e o Sexismo”, ou “Hub das Pretas”, realizado em quatro cidades do Brasil, e aqui em Brasília pelo Inesc.

A palavra “Fortalecidas” foi o que mais me chamou atenção quando recebi o convite. Por ser mulher, negra e gorda eu precisava de um espaço onde eu pudesse me fortalecer individualmente para continuar contribuindo com o Semeando Ubuntu.

Por meio de incidências políticas pensadas a partir do projeto consegui colocar em minha prática diária a luta antirracista que é para além da bolha universitária. E devido ao meu interesse e envolvimento no projeto acabei, também, sendo contratada como estagiária no Inesc, o que contribuiu de forma significativa para meu crescimento profissional. No Hub das Pretas, acolhi e fui acolhida por outras mulheres negras que me mostraram que o afeto entre a comunidade negra é muito importante.



## **Anexo 2 – Inserção política do Inesc em âmbitos local, nacional e internacional**

O Inesc participa de diversas redes, articulações e conselhos de políticas relevantes:

### Em âmbito distrital:

- Conselho de Limpeza Urbana do Governo do Distrito Federal – CONLURB.
- Fórum OCA/DF – Fórum Orçamento Criança e Adolescente do Distrito Federal.
- Movimento Nossa Brasília – Por um DF Justo e Sustentável.

### Em âmbito nacional:

- ABONG – Associação Brasileira de ONGs.
- Campanha Nacional pelo Direito à Educação.
- Comitê de Direitos Humanos e Política Externa.
- Comitê Nacional em Defesa dos Territórios em Frente à Mineração.
- Conselho Nacional de Saúde – Comissão de Financiamento e Orçamento (COFIN).
- FBSSAN – Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.
- FNDCA – Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- FOPIR – Fórum Permanente pela Igualdade Racial.
- Frente Brasil Popular.
- GR-RI – Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais.
- Grupo Carta de Belém.
- Grupo da Sociedade Civil de Monitoramento do 3º NAP/OGP.
- MCCE – Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.
- Mobilização Nacional Indígena.
- OGP – Integrante do GT da Sociedade Civil responsável pela co-elaboração e monitoramento do 3º Plano Nacional de Ação.
- Pacto pela Democracia.
- PAD – Processo de Articulação e Diálogo.
- Plataforma DHESCA – Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais.
- Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político.
- Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil
- Projeto Brasil.
- REBRIP – Rede Brasileira pela Integração dos Povos.
- Rede Cidades.

Em âmbito internacional:

- BRICS Feminist Watch.
- Campanha Global Desmantelemos o Poder Corporativo e Coloquemos Fim à Impunidade.
- CEAAL – Conselho de Educação Popular de América Latina e Caribe.
- FIP/FORUS – Fórum Internacional de Plataformas de ONG.
- GIFT – Global Initiative for Fiscal Transparency.
- Grupo de Trabalho Justiça Fiscal e Direitos Humanos da Global Alliance for Tax Justice.
- Grupo de Trabalho sobre BRICS da Coalizão Direitos Humanos no Desenvolvimento.
- RLJF – Rede de Justiça Fiscal de América Latina e Caribe.

## Anexo 3 – Logos dos apoiadores do Inesc



## Anexo 4 – Quadro Lógico Quadrienal 2017-2020: Balanço para 2017

Alcance: 31.668 pessoas.  
(55% Mulheres, 45% Homens)  
308 eventos

(Brasil e outros países: Alemanha, Argentina, Bangladesh, Camboja, Chile, China, Estados Unidos, França, Holanda, Mexico, Moçambique, Peru, Polonha, Portugal, Quênia, República Dominicana, Suíça).

	Lógica da intervenção	Indicadores	Linha de Base 2016	Metas para o Quadriênio	Alcançado em 01/30/06/2018	Comentários
<b>Objetivo Geral (OG)</b> Impacto	<b>OG:</b> Defender, junto com outros, a radicalização dos processos democráticos e dos direitos humanos, em âmbitos local, nacional e internacional, a partir das seguintes linhas de ação: orçamento e direitos, justiça fiscal, reforma do sistema político, direito à cidade e governança global.	<b>IOG:</b> Percepção das principais partes interessadas (apoiadores, parceiros, governos, fundações, Nações Unidas, mídia, beneficiários etc.) sobre o papel do INESC.	Avaliação externa realizada em 2016 na qual o INESC tem atuação positiva mas precisa aperfeiçoá-la considerando novo contexto político, social, econômico e cultural	Consolidar e ampliar essa atuação aperfeiçoando ações de comunicação e inovação, produzindo novos conteúdos, ampliando o alcance e dialogando com novos públicos	A ser levantado quando da avaliação externa do Inesc em 2019	
<b>Objetivos Específicos (OE)</b>	<b>OE1:</b> Reforçar capacidades na sociedade civil em <i>Orçamentos e Direitos</i> .	<b>IOE1:</b> Número e perfil de organizações da sociedade civil que foram formadas e que passaram	0	15 – jovens, indígenas, camponeses, movimentos integrantes da Rede Cidades, da Redes de	26	<b>650% da meta anual (4)</b>  - 9 Redes Bibliotecas Comunitárias - 1 CONTAG

		a atuar tendo como referência a metodologia <i>Orçamento e Direitos</i> .		Bibliotecas Comunitárias		- 10 Movimentos integrantes Rede Cidades – 10 movimentos - 1 Grupo de Jovens da periferia do DF - 1 Jovens indígenas - 1 APOINME - 1 FOIRN - 1 CONAQ - 1 Movimentos Sociais de Canãa
	<b>OE2.</b> Influenciar o <b>orçamento e decisões públicas</b> em temas e territórios estratégicos.	<b>IOE2:</b> Número de propostas apresentadas e consideradas pelos Executivo, Legislativo ou Judiciário	5	20	49	<b>960% da meta anual (5)</b>  (Ver arquivo A)
	<b>OE3.</b> Atuar na defesa da <b>reforma ampla do sistema político</b> .	<b>IOE3:</b> Número de organizações, movimentos e coletivos participando ativamente da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político	29	40	120	<b>1200% da meta anual (10)</b>  A Plataforma é integrada por: - Redes, Fóruns e Articulações: - ONGs - Organizações e Movimentos ligados às Igrejas - Pesquisadores.  <b>DADOS 2017</b>
	<b>OE4.</b> Promover o <b>direito às cidades</b> .	<b>IOE4:</b> Número de medidas	9	40	25	<b>250% da meta anual (10)</b>

		apoiadas pelo INESC e consideradas pelo poder público em atendimento às demandas da Rede Cidades, incluindo o Movimento Nossa Brasília.				(ver arquivo B)
	<b>OE5.</b> Influenciar processos de <b>governança global e de articulações regionais e internacionais</b> que impactam políticas nacionais estratégicas.	<b>IOE5:</b> Número de citações na mídia referentes à participação do INESC (individualmente ou em representação de coletivos e articulações dos quais faz parte) em espaços regionais e globais de governança.	27	165	71	<b>169% da meta anual (42)</b>
	<b>OE6.</b> Inovar a <b>comunicação</b> para fortalecer a identidade institucional, a capacidade de incidência e ampliar	<b>IOE6:</b> Número de públicos engajados pelo INESC cresce e se diversifica	Foi feito <b>estudo de linha de base</b> em março de 2017: o público engajado com o INESC (via	A definir		

	o alcance na sociedade.		mídias sociais) é sobretudo urbano, do DF, RJ e SP. É majoritariamente branco, casado, heterossexual e com elevada escolaridade. A maior parte é de funcionários públicos com renda média mensal que varia de R\$ 4,6 mil a R\$ 9,5 mil. Se declaram ativistas dos direitos humanos.			
	<b>OE7.</b> Inovar estratégias e metodologias, aperfeiçoar a <b>gestão institucional e a captação de recursos.</b>	<b>IOE7:</b> INESC mais efetivo, eficiente e pertinente do ponto de vista da gestão institucional	Avaliação externa realizada em 2016	Mais efetividade, eficiência, pertinência em relação à 2016	Avaliação externa a ser realizada em 2019	
<b>Resultados (R)</b>	<b>R1.1</b> Crianças, adolescentes e jovens formados em <i>Orçamento e Direitos</i> protagonizam ações para transformar sua realidade.	<b>I-1.1.1</b> Número de crianças, adolescentes e jovens formados na metodologia	309 (51%M, 49%H)	800 (51%M, 49%H) (60% Negros, 40% Não Negros)	<b>213 (ONDA)</b> (53% M; 47% H)  (77% Negros; 23% Não Negros)	<b>107% da meta anual (200)</b>

		<i>Orçamento e Direitos.</i>				
		<b>I-1.1.2</b> Número de ações de incidência de crianças adolescentes e jovens realizadas a partir da formação em <i>Orçamento e Direitos.</i>	34	80	10	<b>50% da meta anual (20)</b> (ver arquivo A)
<b>R1.2.</b> Ativistas sensibilizados e formados em <i>Orçamento e Direitos e Orçamento Temático</i> incidem na defesa de seus direitos.	<b>I-1.2.1</b> Número de ativistas sensibilizados e formados na metodologia <i>Orçamento e Direitos.</i>	110 sensibilizados (42%M, 58%H)  0 formados (incluindo <i>coaching</i> )	270 sensibilizados (50% M, 50% H); (50% Negros, 50% Não negros)  100 formados (50%M, 50%H); (50%Negros, 50% Não negros)	<b>73 sensibilizados</b> (52%M; 48%H) (84% Negros, 16% Não Negros) <u>1 CONTAG</u>  <b>520 formados</b> (68% M; 18% 32) (47% Negros, 29% Indígenas) - 9 <u>Redes Bibliotecas Comunitarias</u> - 10 <u>Cidades</u> - 1 <u>Grupo de jovens da periferia do DF</u> - 1 <u>APOINME</u> - 1 <u>FOIRN, incluindo jovens indígenas</u> - 1 <u>Movimentos Sociais de Canãa</u>	<b>107% da meta anual (68)</b>  <b>520% da meta final</b>	



	<b>I-1.2.2</b> Número de ações de incidência de ativistas realizadas a partir da formação em <i>Orçamento e Direitos</i> .	1	63	64	<b>400% da meta anual (16)</b>  (Ver arquivo B)
<b>R2.1.</b> Informação produzida pelo INESC fortalece os debates sobre orçamento e direitos e sobre justiça fiscal.	<b>I-2.1.1</b> Número de citações (em notas, artigos, estudos, mídias) ao INESC referentes à temas de orçamento e justiça fiscal.	588	2.500	770	<b>123% da meta anual (625)</b>
<b>R2.2.</b> Ações de mobilização e campanhas protagonizadas pelo INESC contribuem para evitar retrocessos de direitos.	<b>I-2.2.1</b> Número de ações (audiências públicas, reuniões com gestores, eventos, abaixo assinados) e campanhas protagonizadas pelo INESC com outros.	55	250	168	<b>267% da meta anual (63)</b>  (Ver arquivo A)
	<b>I-2.2.2</b> Número de	6	24	49	<b>816% da meta anual (6)</b>

	medidas consideradas pelo poder público a partir da incidência do INESC com outros.			8 Diretamente lideradas pelo IINESC	<b>Obs:</b> semelhante à IOE2, mas com linha de base e metas diferentes
<b>R2.3.</b> Ações de incidência na área socioambiental fortalecem a defesa de direitos territoriais, especialmente na Amazônia.	<b>I-2.3.1</b> Número de respostas de órgãos do Governo Federal às informações produzidas e às ações de incidência realizadas.	0	3	1	<b>100% da meta do ano (1)</b>  - CIDH organiza audiência sobre políticas fiscais a pedido do INESC com outros
	<b>I-2.3.2</b> Número de medidas implementadas pelo BNDES na sua Política de Entorno de Projetos na Amazônia a partir de demandas do INESC e parceiros.	1	3	0	<b>0% da meta final (meta anual = 25%)</b>
	<b>I-2.3.3</b> Número de ações	3	16	11	<b>275% da meta anual (4)</b>  (Ver arquivo A)

	(audiências públicas, reuniões com gestores, eventos, abaixo assinados, etc.) e campanhas protagonizadas pelo INESC com outros em defesa dos direitos socioambientais e sobre a política de responsabilidade socioambiental do BNDES.				
<b>R3.1.</b> Ação do INESC pauta a reforma política junto à opinião pública e na agenda de coletivos e novos sujeitos para evitar retrocessos.	<b>I-3.1.1</b> Número de acessos ao site da Reforma do Sistema Político.	820 mil acessos mensais em média	825 mil acessos mensais em média	270 mil acessos mensais em média	<b>33% da meta anual</b> Abaixo da linha de base  O número de acessos diminuiu em relação à linha de base porque a Plataforma aparecia em primeiro lugar na busca do Google. Agora caiu para 3º lugar por conta de outras classificações (especialmente matérias de jornal). Isso impactou no acesso à Plataforma.
	<b>I-3.1.2</b> Número de citações ao	172	650	182	<b>111% da meta anual (163)</b>

		INESC na mídia sobre reforma do sistema político.				
	<b>R3.2.</b> Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político reconfigurada, com novos sujeitos, estratégias e conteúdos.	<b>I-3.2.1</b> Número de novos sujeitos incorporados na Plataforma.	0	10	10	<b>400% da meta anual (2,5)</b>  As novas organizações que passaram a integrar a Plataforma são dos movimentos negro de juventudes e de mulheres.
	<b>R4.1</b> Rede Cidades fortalecida para influenciar a agenda de mobilidade urbana no Brasil.	<b>I-4.1.1</b> Número de medidas implementadas pelo poder público em atendimento às demandas da Rede Cidades e suas associadas.	0	10	25	<b>1000% da meta anual (2,5)</b>  Igual ao IOE4, com metas diferentes:  (Ver arquivo B)
		<b>I-4.1.2</b> Número de iniciativas tomadas pelos movimentos formados nas metodologias <i>Orçamento e Direitos e Orçamento Temático</i> a partir da	0	60	45	<b>180% da meta anual (15)</b>  (Ver arquivo B)

	formação.				
<b>R4.2</b> Movimento Nossa Brasília consolidado como sujeito influente nas agendas de cultura, mobilidade urbana, resíduos sólidos, agricultura urbana e em demandas da Cidade Estrutural.	<b>I-4.2.1</b> Número de citações ao Movimento Nossa Brasília nas mídias.	132	520	21	<b>16% da meta anual (130)</b>
	<b>I-4.2.2</b> Número de ações protagonizadas pelo Nossa Brasília.	44	160	32	<b>80% da meta anual (40)</b> (Ver arquivo A)
	<b>I-4.2.3</b> Número de ações protagonizadas pelo INESC com outros promovendo direitos na Cidade Estrutural (boletins do OCA, audiências públicas, reuniões com gestores, reuniões do Fórum Lixo e Cidadania	21	100	17	<b>68% da meta anual (25)</b>

	etc.).					
<b>R5.1</b> Vozes de coletivos e articulações brasileiras fortalecidas pela ação do INESC nos espaços de governança global.	<b>I-5.1.1</b> Número de ações de coletivos e articulações brasileiras realizadas em espaços globais de governança.	2	8	19		<b>950% da meta anual (2)</b>  (Ver arquivo A)
<b>R5.2</b> Processos e articulações regionais e globais influenciados.	<b>I-5.2.1</b> Número de propostas do INESC incorporadas pelos parceiros em articulações regionais e globais.	2	8	9		<b>450% da meta anual (2)</b>  (Ver arquivo A)
<b>R6.1</b> Novos públicos (indivíduos não organizados, potenciais doadores etc.) e novos sujeitos políticos (coletivos de jovens, mulheres, LGBTI, de cultura, de temas urbanos entre outros) sensibilizados e engajados nas pautas do INESC.	<b>I-6.1.1</b> Número de pessoas que recebem o mailing do INESC.	3.500	6.000 por ano	7.271	Mailchimp/Bol etim: 4.499 Mailling blogs e sites alternativos: 100 Agências de Notícias: 45 Imprensa de Brasília: 1.208 Grande Imprensa: 100 Parceiros: 347 Imprensa	<b>121% da meta anual (6.000)</b>

			especializada em "Amazônia": 552 Site de Notícias: 420	
<b>I-6.1.2</b> Número de visualizações e alcance dos conteúdos do site e das redes sociais.	1.000 acessos/dia - Site 15 mil curtidas - Facebook 2.000 de alcance/dia - Facebook 30 mil visualizações no Youtube 1.255 seguidores no Twitter	1.800 acessos/dia  21 mil  4.500 de alcance/dia  150 mil visualizações no Youtube 1.600 seguidores	1.065 acessos/dia (média)  22.069 curtidas (média)  4.545 (média) de alcance/dia  <b>32.645 visualizações no Youtube</b> 2.235 seguidores	<b>Estamos muito próximos da meta final do Quadrienal</b>
<b>I-6.1.3</b> Número de referências em publicações da grande mídia e mídia alternativa e digital.	1.150	3.000	1.840	<b>245% da meta anual (750)</b>
<b>I-6.1.4</b> Número de doadores individuais ao INESC.	2	100	14	<b>56% da meta anual (25)</b>

	<b>R6.2</b> Política e Planos de comunicação do INESC construídos e implementados.	<b>I-6.2.1</b> Proporção da Política e do Plano de Comunicação implementada.	0	70% da Política em execução	60%	<b>86% da meta final</b>  - Novo site no ar. É preciso ainda concluir a migração de dados.
	<b>R7.1.</b> Política de Sustentabilidade do INESC definida e incorporando a captação de recursos financeiros junto a indivíduos.	<b>I-7.1.1</b> Proporção da implementação da Política de Sustentabilidade e do Plano de captação de recursos junto a indivíduos.	0	Plano de Sustentabilidade elaborado.  80% do Plano de Captação de Recursos Junto à Indivíduos em execução	60%	<b>75% da meta final</b>  - Construção da mensagem do Inesc; - Novo site implantado; - Exercício de captação por meio da campanha #SóAcreditoVendo; - Exercício de fidelização dos/as associados/as; - Conta de PayPal aberta; - Boletim mensal com pedido de doação; - Contratação de estagiária de design para aprimorar a comunicação com potenciais doadores.
	<b>R7.2</b> Sistema de PMAS aprimorado e orientado por resultados contribui para a prestação de contas e a ampliação da eficiência e efetividade do INESC.	<b>I-7.2.1</b> Proporção do Banco de Dados de monitoramento de resultados construído, com atribuições e responsabilidades claras e gerando	10%	70%	50%	<b>50% da meta final</b>  - Sistema <i>on line</i> (inescpma) implementado para parte dos indicadores. É preciso aprimorá-lo e integrá-lo com Quadro de Mídia.



		relatórios.				
		<b>I-7.2.2</b> Número de análises de risco monitoradas.	Acontece informalmente	3 revisões ou atualizações	1	<b>100% da meta anual.</b>  - No Planejamento de fim de ano o Inesc revisitou os riscos e identificou novos em função da situação política pela qual o país passa. Deu-se início a impleemntação de uma série de medidas de segurança digital, institucional e de proteção da equipe.
	<b>R7.3</b> Políticas e Planos Administrativo-Financeiro e de Recursos Humanos e consolidação de espaços de inovação fortalecem capacidades institucionais.	<b>I-7.3.1</b> Número de softwares que integrem os processos de gestão financeira e contábil implantados.	0	1	1	<b>100% da meta final</b>  - Seguindo as recomendações da avaliação externa, o Inesc implantou o RADAR.
<b>I-7.3.2</b> Número de pagamentos efetuados por meio do sistema bancário virtual		0	Todos	95%	<b>95% da meta final</b>  - Praticamente todas as contas do Inesc foram transferidas para o banco Itaú e com isso os pagamentos são feitos virtualmente. Algumas contas continuam no Banco do Brasil e no BRB devido a compromissos contratuais.	
<b>I-7.3.3</b> Número de		0	20% da equipe	Mais de 20% da equipe recebeu	<b>Meta anual atingida</b>	

	profissionais do INESC participando de processos de formação.			apoio para algum tipo de formação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 5 (19%) – Assessoria recebeu apoio para curso espanhol;</li> <li>- 2 (8%) – Administrativo recebeu apoio para graduação;</li> <li>- Assessoria formada em MROSC</li> <li>- 1 Formada em Democracia e Participação (Lisboa Portugal) – via GIFT</li> <li>- 1 Formada em liderança de desenvolvimento de projetos – via FIP</li> </ul>
	<b>I-7.3.4</b> Número de ações de inovação implementadas.	2	6	2	<p><b>100% da meta anual (2)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>1 – Realização de etnografias para coleta de dados do Mapa das Desigualdades na Estrutural;</li> <li>1 – Internacionalização da pauta de discriminação na leitura do orçamento público (IBP)</li> </ul>